



**UNIVERSIDADE FEDERALDE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA
PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

CARLA ALINY PEREIRA QUEIROZ

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB:
O “QUEBRA CABEÇA DO TERRITÓRIO” COMO POSSIBILIDADE DE RECURSO
DIDÁTICO PARA A PRÁTICA DOCENTE NA EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

SUMÉ - PB

2024

CARLA ALINY PEREIRA QUEIROZ

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB:
O “QUEBRA CABEÇA DO TERRITÓRIO” COMO POSSIBILIDADE DE RECURSO
DIDÁTICO PARA A PRÁTICA DOCENTE NA EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Contextualizada.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

SUMÉ - PB

2024



Q3q Queiroz, Carla Aliny Pereira.

A questão agrária no Município de Sumé - PB: o "Quebra Cabeça do Território" como possibilidade de recurso didático para a prática docente na EJA do ensino fundamental. / Carla Aliny Pereira Queiroz. - 2024.

79f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Questão agrária. 2. Sumé - PB - questão agrária. 3. Quebra cabeça - recurso didático. 4. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 5. Prática docente. 6. Recurso didático. 7. Educação Contextualizada. 8. Materialismo histórico e dialético. 9. Sumé - PB - configuração territorial. I. Título. II. Cavalcante Neto, Faustino Teatino.

CDU: 374.7(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

CARLA ALINY PEREIRA QUEIROZ

**A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB:
O “QUEBRA CABEÇA DO TERRITÓRIO” COMO POSSIBILIDADE DE RECURSO
DIDÁTICO PARA A PRÁTICA DOCENTE NA EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Contextualizada.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Ma. Tomires da Costa e Silva Nascimento.
Examinadora Externa – SEDUC/Sumé-PB**

**Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.
Examinador Interno – UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 06 de dezembro de 2024.

**SUMÉ - PB
2024**

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, sou grata a Deus, que me proporcionou força, sabedoria e perseverança ao longo de toda esta jornada.

Agradeço aos meus pais, com carinho especial à minha Mainha, Iracy do Nascimento Pereira, pelo apoio, amor e incentivo que sempre me proporcionou, suas palavras de encorajamento e compreensão foram a luz que guiou meu caminho nos momentos mais desafiadores.

Agradeço à minha amada tia, Maria do Socorro do Nascimento Pereira, que sempre foi mais do que uma tia para mim. Seu amor e apoio foram as energias que me motivaram sempre a continuar.

Quero expressar minha gratidão aos meus queridos irmãos, Alelson Cordeiro pereira, Alex pereira Cordeiro e a minha prima/irmã Anne Karoline o apoio, incentivo e compreensão que vocês me ofereceram ao longo dessa jornada obrigada, irmãos.

Agradeço ao meu namorado Luís Felipe pela paciência, compressão e incentivo durante toda escrita do meu trabalho. Sua presença foi meu porto seguro. Sou grata por acreditar em mim e por estar ao meu lado nesta jornada.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Faustino Teatino Cavalcante pela orientação, paciência e valiosas contribuições ao longo deste trabalho. Agradeço também aos professores Filipe Gervásio e Tomires Nascimento, por terem aceitado participar da minha banca mais uma vez.

Aos meus queridos amigos, quero deixar minhas mais profundas gratidão por todo apoio e contribuição, direta e indireta, ao longo da minha formação. Cada um de vocês desempenhou um papel essencial nessa jornada, e sou imensamente grata por cada gesto de amizade e suporte.

Gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos à professora Francielle Maciel, que gentilmente disponibilizou sua sala de aula e me acolheu com muito carinho.

E, por fim, quero reservar um agradecimento especial a mim mesma. Escrever este trabalho foi uma jornada árdua, repleta de desafios e obstáculos. Agradeço a mim mesma por não desistir, por persistir diante das adversidades e por alcançar a conclusão desta etapa tão desafiadora. Sou grata por cada passo dado, por cada obstáculo superado, e por cada momento de superação que me trouxe aqui.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender as potencialidades do uso do “quebra-cabeça do território” de Sumé como recurso didático na prática docente da EJA do Ensino Fundamental (8º e 9º anos) para o debate sobre a *questão agrária* no citado município, tema relacionado à realidade dos educandos. Especificamente, este estudo buscou: estudar a *questão agrária* no município de Sumé; elaborar e experimentar o “quebra-cabeça do território” como recurso didático na prática docente na EJA do Ensino Fundamental; e compreender quais foram os significados políticos e pedagógicos da utilização desse “quebra-cabeça do território” na citada turma da EJA do Ensino Fundamental. Como referencial teórico-metodológico, utilizamos o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels que explica a história das sociedades humanas através de fatos históricos, essencialmente, os fatos econômicos, uma vez que “a estrutura econômica da sociedade é a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1983, p. 24). Para investigarmos o nosso objeto, fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica na produção historiográfica, de fontes oficiais dispostas nos arquivos do poder público (sesmarias, inventários, Censos Agropecuários, mapas e dados da distribuição da terra nos municípios de Sumé-PB dispostos no Sistema Nacional de Cadastro Rural). Os estudos realizados permitiram compreendermos a importância dos recursos didáticos no contexto de ensino e aprendizagem dos alunos, pois eles aproximam os educandos da temática despertando seu interesse pela disciplina e pelo aprendizado, por meio da mediação desses recursos.

Palavras-chaves: *Questão agrária*; EJA; Recurso didático.

ABSTRACT

The general objective of this research was to understand the potential of using Sumé's "territorial puzzle" as a teaching resource in the teaching practice of EJA in Elementary School (8th and 9th grades) for the debate on the agrarian issue in the aforementioned municipality, a topic related to the reality of students. Specifically, this study sought to: study the agrarian issue in the municipality of Sumé; develop and experiment with the "territorial puzzle" as a teaching resource in the teaching practice of EJA in Elementary School; and understand what were the political and pedagogical meanings of using this "territorial puzzle" in the aforementioned EJA class in Elementary School. As a theoretical-methodological framework, we used Marx and Engels' historical-dialectical materialism, which explains the history of human societies through historical facts, essentially economic facts, since "the economic structure of society is the concrete basis on which a legal and political superstructure is built and to which certain forms of social consciousness correspond" (MARX, 1983, p. 24). To investigate our object, we used bibliographic research in the historiographical production, from official sources available in the archives of the public power (sesmarias, inventories, Agricultural Censuses, maps and data on the distribution of land in the municipalities of Sumé-PB available in the National Rural Registry System). The studies carried out allowed us to understand the importance of didactic resources in the context of teaching and learning of students, since they bring students closer to the theme, awakening their interest in the subject and in learning, through the mediation of these resources.

Keywords: Agrarian issue; EJA; Teaching resource.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Localização do município de Sumé na Paraíba.....	17
Imagem 2 -	Localização das sesmarias correspondentes ao atual município de Sumé (Século XVIII).....	24
Imagem 3 -	Primeiras cinco fazendas do território que atualmente corresponde ao município de Sumé.....	25
Imagem 4 -	Mapa do município de Sumé-PB (1951).....	32
Imagem 5 -	Incêndio criminoso no acampamento Paulo Freire no município de Sumé-PB.....	39
Imagem 6 -	Escola Municipal “Maria Leite Rafael”.....	41
Imagem 7 -	Momento da visita na Escola “Gonçala Rodrigues de Freitas”	43
Imagem 8 -	Primeira visita na escola “Maria Leite”.....	44
Imagem 9 -	Preparação do slide de apresentação do tema.....	45
Imagem 10 -	Preparação para iniciar o quebra-cabeça.....	46
Imagem 11 -	Processo de colagem das peças.....	46
Imagem 12 -	Quebra-cabeça finalizado.....	47
Imagem 13 -	Aula expositiva e dialogada.....	48
Imagem 14 -	Aula expositiva dialogada.....	48
Imagem 15 -	Explicando como seria a atividade.....	49
Imagem 16 -	Iniciando a montagem do quebra-cabeça.....	50
Imagem 17 -	Procurando os nomes das fazendas.....	50
Imagem 18 -	Escrevendo os nomes das fazendas.....	51
Imagem 19 -	Quebra-cabeça finalizado.....	51
Imagem 20 -	Respondendo às perguntas.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	População total rural/urbana do município de Sumé (1960-2022).....	17
Quadro 2 -	Sesmarias referentes ao município de Sumé-PB.....	18
Quadro 3 -	Inventários dos fazendeiros que aparecem como proprietários de terras no território do município de Sumé.....	26
Quadro 4 -	Imóveis rurais e seus declarantes no território que corresponde ao atual município de Sumé – 1920.....	29
Quadro 5 -	Condição do produtor em relação às terras no município de Sumé – 2017.....	32
Quadro 6 -	Condição do produtor em relação às terras (hectares) no município de Sumé – 2017.....	34
Quadro 7 -	Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal.....	36
Quadro 8 -	Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Sumé.....	36
Quadro 9 -	A grande propriedade no município de Sumé-PB.....	37
Quadro 10 -	Dados sobre a infraestrutura da escola.....	41
Quadro 11 -	Recursos de apoio didático pedagógico.....	42
Quadro 12 -	Acompanhamento da Aprendizagem.....	52

LISTA DE SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SEDUC – Secretaria de Educação

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

UAEDUC – Unidade Acadêmica de Educação do Campo

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	16
2.1	A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ: A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO.....	16
3	A PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO QUEBRA-CABEÇA NA TURMA DO EJA.....	40
3.1	A ESCOLA MUNICIPAL MARIA LEITE RAFAEL.....	40
3.2	ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO RECURSO DIDÁTICO QUEBRA CABEÇA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ.....	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXOS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma experiência realizada na turma da EJA da Escola “Maria Leite Rafael”, no município de Sumé, que teve como intenção desenvolver um recurso didático para a prática docente. Nesse sentido, o objetivo geral foi o de compreender as potencialidades do uso do “quebra-cabeça do território” de Sumé como recurso didático na prática docente na EJA do Ensino Fundamental para o debate sobre a *questão agrária* no citado município, tema relacionado à realidade dos educandos. Especificamente, este estudo buscou: estudar a *questão agrária* no município de Sumé; elaborar e experimentar o “quebra-cabeça do território” como recurso didático na prática docente na EJA do Ensino Fundamental; e compreender quais foram os significados políticos e pedagógicos da utilização desse “quebra-cabeça do território” na citada turma da EJA do Ensino Fundamental.

O território do município de Sumé, localizado na região do Cariri paraibano, possui uma história marcada pela desigualdade na distribuição de terras, um reflexo das práticas adotadas durante e após a colonização portuguesa. Essa análise parte da identificação do mecanismo utilizado na concessão de terras, como as *sesmarias*¹, que tiveram um papel central na organização do espaço agrário desde o período colonial, moldando profundamente a dinâmica territorial e econômica na região. É essencial destacar o papel da pesquisa de Nascimento (2020), que se apresenta como a primeira a explorar com profundidade a *questão agrária* no citado município. Sua contribuição não apenas fornece subsídios teóricos para a compreensão da formação dos latifúndios locais, mas, também, destaca a relação histórica entre a concentração fundiária e os conflitos agrários que persistem até os dias atuais. O estudo de Nascimento (2020) serviu, portanto, como base para as reflexões aqui apresentadas, oferecendo um panorama abrangente sobre as transformações no uso e posse das terras em Sumé.

Deste feita, história da distribuição de terras no Brasil é de fundamental importância para compreensão da concentração fundiária no país. No início do período colonial, ocorreu a implantação do sistema de *sesmarias* por meio das cartas de doação e dos forais, sendo considerado o ponto inicial da estruturação e

¹ As sesmarias foram institutos jurídicos de concessão de terras que existiam em Portugal desde o período medieval e que foram implementadas no Brasil com o intuito de colonização do território.

propriedade territorial brasileira onde há questões muito mal resolvidas. Sobre isto, vejamos:

(...) trata-se da questão agrária ou fundiária mal resolvida desde as primeiras décadas do “achamento” das novas terras por parte de Portugal, dos tempos das sesmarias, uma legislação criada naquele país, por volta de 1375, para resolver o problema da mão-de-obra e do abastecimento em Portugal e transplantada para a colônia, na qual o principal ponto – a apropriação da terra – não tinha o mesmo fundamento, como na sociedade portuguesa, para nobres, fidalgos e agricultores portugueses, escapando completamente à compreensão do El Rei e de seus conselheiros. A sesmaria foi introduzida através de um carta do rei de Portugal, D. João III, a Martins Afonso de Sousa, depois melhor explicitada pelos Forais dados aos capitães e Governadores das Capitâneas, e, de certa forma, podemos dizer consolidada, no Regimento dado ao 1.º Governador Geral, Tomé de Sousa, em 1548, para, em seguida, ao longo do período colonial, ir sendo adequada à medida das necessidades surgidas, por cartas, alvarás, provisões e outros expedientes. O sistema sesmarial, portanto, deixou de herança, segundo alguns estudiosos, o latifúndio, a monocultura e a escravidão. (Duarte Júnior, 2003, p.1-2).

Pode-se dizer que a aplicação das *sesmarias* nas terras brasileiras não foi, a princípio, bem sucedida em relação as terras da colônia, pois o Brasil é um país de dimensão continental, onde já era de se esperar que o sistema desse errado, como efetivamente deu. Segundo Duarte Júnior (2003), além de não ter as mesmas características das terras aproveitadas ou devolutas, como em Portugal, nunca foi cumprida conforme enunciava a legislação instituidora nas suas inúmeras tentativas através das ordenações, cujo propósito era lavrar terrenos incultos.

Sesmarias, sinteticamente, consistem nos lotes de terras abandonadas ou incultas cedidos pelos reis lusitanos a determinadas pessoas que resolvessem cultivá-las. Esses cultivadores passaram a ser conhecidos e tratados por sesmeiros, ou seja, os beneficiários das sesmarias (Ferreira, 1994, p. 107).

O propósito das *sesmarias* na América Portuguesa se dizia que era cultivar terras virgens, que seriam distribuídas a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, além de pretender criar as condições para o cultivo das novas terras conquistadas, buscando ainda povoar novos territórios. Ferreira (1994) afirma que, antes mesmo do descobrimento do Brasil, diversos tratados já disciplinavam a partilha do território americano entre Portugal e Espanha. A propósito, a título de exemplos, pode-se citar “(...) o Tratado de Alcáçovas, de 1479; a Bula Papal “Inter Coetera”, de 1492; e o Tratado de Tordesilhas, de 1494, confirmado por posterior pela bula papal em 1504.”

Assim, em 21 de abril de 1500, com a chegada da esquadra lusitana comandada por Pedro Álvares Cabral, oficializou-se a ocupação, administração e doações.

Com isso, foi iniciado no Brasil a divisão de quinze lotes de terras. Martin Afonso de Souza, foi o primeiro capitão donatário e, por sua vez, as Capitânicas Hereditárias foram divididas em partes menores que eram as *sesmarias*. As Capitânicas, assim como *sesmarias*, não asseguravam aos donatários a propriedade de terras, ou seja, era só um direito desfrutar da terra para a cultura. As *sesmarias* foram, desse modo, um grande pilar para a origem dos grandes latifundiários no Brasil, ou seja, das desiguais distribuições de terras, sendo a causa da principal contradição social ainda muito presente no país.

A justificativa para realizar esta pesquisa foi dar continuidade a um estudo anterior quando de nossa conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo (2023), que tem por título: *Resistencia, a luta e a formação camponesa no Cariri Paraibano: o caso dos assentamentos da fazenda Pedra Lavrada e da fazenda Açudinho*. Os estudos realizados permitiram compreendermos parte significativa do processo formativo de organização, luta e resistência camponesa daqueles trabalhadores em luta contra a estrutura do latifúndio, entre 2014 e 2017, bem como a falta de apoio e mobilização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como a principal responsável pelo não êxito daquela luta camponesa.

Apresentar estas primeiras considerações sobre a *questão agrária* brasileira se fazem importantes para assentarmos o nosso referencial teórico-metodológico, qual seja: o materialismo histórico-dialético. Isto por quê este arcabouço toma como ponto de partida, para a análise de fatos que se apresentam como contraditórios de uma determinada sociedade, as suas condições materiais históricas. Ou seja, para compreendermos as contradições atuais de nossa sociedade camponesa, se faz imprescindível buscar conhecer a totalidade histórica da qual esse povo é parte, a partir de suas condições econômicas e das contradições (desigualdades, processos de exploração, apropriação e expropriação dos bens da natureza) que estas mesmas condições levam tal povo a travar sua *luta de classes*.

Portanto, o materialismo histórico-dialético é um método, cujas categorias centrais – a *totalidade*, o *movimento*, a *dialética*, a *contradição*, a *luta de classes*, a *mudança social* e a *emancipação humana* – se colocam a favor da classe trabalhadora que compõe as sociedades classistas (Marx, 2011).

Portanto, compreendemos que é fundamental discutir a *questão agrária* e, por isso, utilizamos o quebra-cabeça como recurso didático para facilitar o ensino-aprendizagem dos educandos. Desta forma, notamos que o recurso didático é de fundamental importância nas aulas, pois contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como raciocínio lógico, concentração motora. Além de ser uma forma divertida de ensinar e facilitar a compreensão dos educandos, ele potencializa o ensino-aprendizagem, promovendo o trabalho em equipe e resultando em um melhor desempenho e engajamento da turma.

É fundamental que a formação de professores inclua e promova a atualização profissional, permitindo que os profissionais da educação reconheçam a importância de motivarem seus alunos. Isso deve ser feito por meio da apresentação de novas propostas, criativas e envolventes, para que o ensino não se torne monótono.

No contexto do ensino-aprendizagem, os recursos didáticos desempenham um papel essencial, principalmente na prática diária dos professores que os empregam para facilitar a mediação do conhecimento.

Segundo Piletti (2004, p. 154), quando utilizados de forma adequada, os recursos de ensino contribuem para:

- Motivar e despertar os interesses dos alunos;
- Favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- Aproximar o aluno da realidade;
- Visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- Oferecer informações e dados;
- Permitir a fixação da aprendizagem;
- Ilustrar noções mais abstratas;
- Desenvolver a experimentação concreta;

De acordo com Guimarães e Rosa (2014), ao utilizar um recurso didático, o professor deve ter bem definido o objetivo da aula e contextualizar o conteúdo que será abordado com esse recurso. Ou seja, o professor deve planejar atividades, discussões e debates para enriquecer a aula e aprofundar o conteúdo abordado.

Assim, Souza (2007) define recurso didático como qualquer material utilizado para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do conteúdo que o professor pretende aplicar aos seus alunos. Vale destacar que existem inúmeros recursos que podem ser utilizados no processo. Ou seja, o uso dos recursos didáticos é de fundamental importância no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, pois

torna as aulas mais dinâmicas e facilita o desenvolvimento das atividades para o professor, além de favorecer a aprendizagem dos alunos.

O quebra-cabeça é um recurso didático que traz benefícios para aprendizagem dos educandos. Segundo Nogueira (2019), a invenção do quebra-cabeça foi um enorme sucesso, no ano 1820, ele se consolidou como um dos principais brinquedos educativos, rapidamente se transformando em um dos passatempos mais cativantes para pessoa de várias idades. Desde então, passaram a existir quebra-cabeças com uma variedade de gravuras e pinturas, além de sua aplicação no âmbito educacional. Nogueira (2019) nos fala:

(...) podemos compreender a importância do jogo-quebra cabeça no contexto educacional e no processo de ensino-aprendizagem, além das várias habilidades que são trabalhadas no decorrer deste jogo são elas: noção espacial, desenvolvimento cognitivo, visual, social, coordenação motora, raciocínio lógico, criatividade, imaginação, percepção, paciência. (Nogueira, 2019, p 39).

Neste tipo de jogo, o raciocínio é significativamente mais relevante do que a agilidade ou força física. Os quebra-cabeças costumam ser usados como uma forma de entretenimento, além de servirem como uma ótima ferramenta para a construção do conhecimento. Sob essa perspectiva, o jogo quebra-cabeça é um recurso didático valioso para mediação do conhecimento de maneira contextualizada. Desde sua criação, o quebra-cabeça teve como objetivo favorecer a aprendizagem, facilitando a compreensão dos educandos e estimulando-os a aprender de uma forma mais prazerosa e divertida. (Nogueira, 2019).

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

O presente capítulo teve por objetivo observar como se desenvolveu o processo de ocupação humana da área que corresponde ao atual município de Sumé-PB, ou seja, como ocorreu a distribuição da terra após a colonização portuguesa naquele território. Nesse sentido, é necessário destacar a importante pesquisa de Nascimento (2020) que tem o mérito de ser a primeira a discutir com profundidade a *questão agrária*² naquele município, sendo, portanto, fonte basilar de nossas reflexões.

2.1 A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ: A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO³

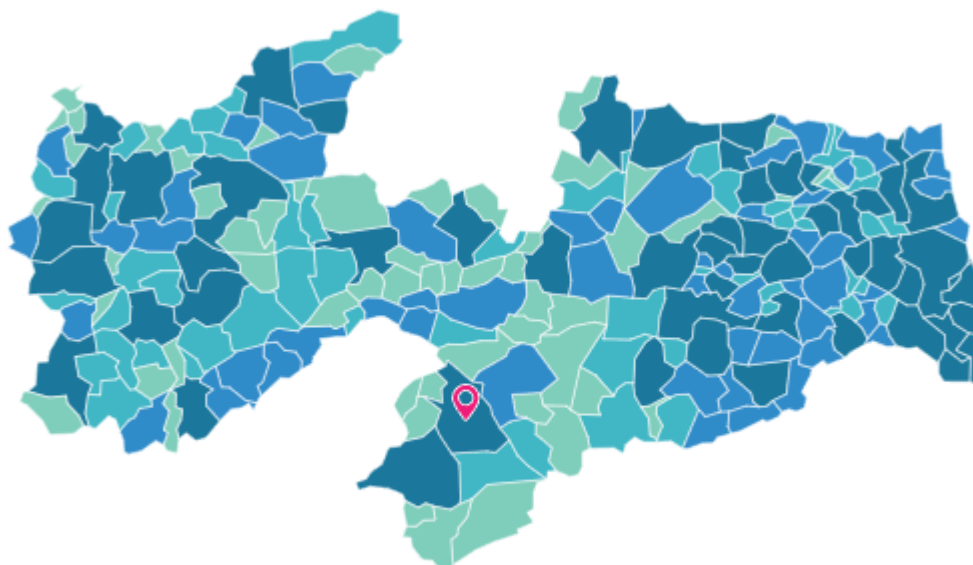
Sumé é um município brasileiro do estado da Paraíba localizado na microrregião do Cariri (Ocidental), Região Geográfica Imediata de Sumé⁴, possuindo uma área territorial é de 833,315km² (IBGE 2022) e está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba em seu Alto Curso. A seguir apresentamos uma imagem do mapa da Paraíba com destaque para o território que compõe o referido município:

² O conceito de *questão agrária* diz respeito às formas como as pessoas vão se apropriando da terra enquanto *meio de produção*, ao desenvolvimento das *relações de produção* advindas da concentração da propriedade da terra e, por consequência, às *lutas de classes* travadas entre os explorados e os que conseguiram o domínio e o controle da terra. (Sodré, 1962; Guimarães, 1964).

³ Muito do texto a seguir é resultado das investigações que realizamos enquanto integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência do Cariri Paraibano (NUCARIRI), juntamente com outros colaboradores que investigaram realidades agrárias de outros municípios do Cariri paraibano e, por isso, alguns dos elementos textuais de nossa escrita se assemelham aos dos mencionados colaboradores.

⁴ A sua emancipação política do município de Monteiro se deu em 1 de abril de 1951, pela Lei estadual nº 513, de 8 de novembro 1951.

Imagem 1 – Localização do município de Sumé na Paraíba



Legenda



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população total que habita este território é de 17.166 pessoas, cuja maioria, até os anos 1980, morou no campo, como se verifica no quadro que segue:

Quadro 1 – População total rural/urbana do município de Sumé (1960-2022)

População	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Rural	-	7.218	9.280	6.908	4.158	3.824	-
Urbana	-	4.898	7.696	10.322	10.877	12.236	-
Total	11.702	15.532	16.976	17.230	15.035	16.060	17.166

Fonte: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Quadro elaborado pela autora do texto.

Durante a colonização portuguesa, as terras foram distribuídas no Brasil por meio de sesmarias, visando a colonização do território a partir de 1530, perdurando até 1822. Assim, as sesmarias foram o principal estatuto jurídico na distribuição de terras tanto em Portugal como no Brasil, moldando a política territorial lá, desde o

período medieval (1375), e cá, após a colonização (1534) até a “independência” (1822)⁵, com sua implementação visando a organização e ocupação do território.

Neste sentido, no que diz respeito ao território do atual município de Sumé, conseguimos identificar o registro dos primeiros dez pedidos de sesmarias que corresponde ao território no século XVIII (entre 1717 e 1790) feitos aos governos das Capitanias da Parahyba e de Pernambuco⁶. Estes documentos são, portanto, uma rica fonte para identificarmos o surgimento dos latifúndios no citado município.

Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Sesmarias referentes ao município de Sumé-PB

Nº	Data	Requerente	Área (ha)	Sítio
137	15/04/1717	João da Rocha Mota	10.800,0	Catoé/Conceição
140	19/05/1717	João da Rocha Mota	21.000,0	Sucuru/Catoé/Buraco/Campo da Ema
189	18/12/1722	Pedro da Costa de Azevedo	10.800,0	Conceição/Sucuru/Olho D'água/São Paulo
240	07/11/1734	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Olho D'água Oity
282	15/05/1741	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Gerimun
307	16/11/1742	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Cachoeira ⁷
586	25/08/1762	Antônio Duarte Vieira	10.800,0	-
656	07/11/1768	Antônio da Silva Motta	10.800,0	-
834	28/10/1785	José Francisco Torres	10.800,0	Riacho dos Porcos
943	14/08/1790	Antônio Fernandes da Silva	10.800,0	Mocós, Impoeiras, Carrapateira, Olho D'água do Cunha e Sucuru

Fonte: Tavares, 1982.

Ao examinarmos o quadro acima, podemos notar que o requerimento continha número, data, solicitante, hectares e os nomes dos sítios. É importante destacar que, devido às alterações nos limites municipais ao longo do tempo, algumas dessas sesmarias, que anteriormente eram reconhecidas como parte do território de Sumé, hoje se encontram dentro do atual município e/ou nos municípios vizinhos.

⁵ Usamos a palavra entre aspas porque consideramos que o movimento político de 1822 não resultou de fato em uma emancipação e conseqüentemente na resolução do problema de nossa questão nacional, uma vez que a Inglaterra, em seu processo de Revolução Industrial, passou a exercer domínio semicolonial sobre o Brasil.

⁶ A Capitania da Parahyba foi criada do desmembramento de seu território da Capitania de Itamaracá por ordem do rei de Portugal, em 1534, em razão da Tragédia de Tracunhaém (episódio no qual os povos originários mataram todos os moradores do engenho Tracunhaém. Mas, a Capitania da Paraíba foi anexada à de Pernambuco em 1756, ficando nesta condição até 1799 (43 anos), quando conseguiu a sua definitiva separação. Portanto, as decisões da administração colonial, durante o processo de interiorização destes 43 anos, advinham de Pernambuco.

⁷ Apesar de parte das terras dessa sesmaria estarem no espaço que corresponde ao atual município de Sumé, a sede dessa fazenda situa-se na área do município de Camalaú.

Ao analisarmos o quadro acima, percebemos que em uma mesma sesmaria, poderia haver mais de um sesmeiro (Nascimento, 2020). Exemplo disso foi o sesmeiro João da Rocha Mota que adquiriu uma sesmaria número 137 nos sítios Catoé/conceição, uma área de 10.800,0 hectares e a sesmaria de número 140 com uma área de 21.000,0 hectares, totalizando uma área de 31.800 hectares. Outro grande latifúndio encontrado foi o correspondente as sesmarias 240, 282 e 307 pertencente a Antônio da Cunha Ferreira, que totalizava uma área de 32.400 hectares.

Verifiquemos a seguir as solicitações das sesmarias:

Nº 137 em 15 de Abril de 1717

Coronel João da Rocha Motta na Villa de S. Antonio do Recife, tendo no sertão dos Carirys terreno desta capitania, uns sítios povoados com gados vacum e cavallar e nas testadas das suas terras do sitio Cotaé, detraz da serra está um poço d'agua que chamão Pedra Comprida, com alguma terra circunvizinhas, capaz de crear gado, devolutas, que confiam por uma parte com a dos campos do dito sitio Cotaé de traz da serra dele suplicante e por outra com terras dos olhos d'agua do tenente Raphael Ferreira de Mello; e pela outra com terras de do sitio Conceição, do Capitão Cosme Ferreira de Mello; com matas e catingas; e porque quer povoar o dito poço e terras devolutas, onde está sito e pelo jus da vizinhança e contigue tem preferencia para requerer de ditas terras e posse por sesmarias para o augmento do dito sitio Catoé, pedia trez léguas de comprido e um de largo, em que se compreende o dito poço, começando o comprimento do fim dos campos e terras, detraz da serra do Sitio Catoé, delle suplicante, direito ao poço da Pedra Comprida, continuadas até findar as matas e catingas e a largura da dita légua, começando meia légua do dito poço para as terras do olho D'agua do dito tenente Raphael Ferreira de Mello e a outra meia légua do mesmo poço para as partes das terras do Sítios Conceição do capitão Cosme Ferreira de Mello, que tudo faz as ditas léguas de comprido e uma de largo continuadas. Foi feita a concessão no governo de João da Maia da Gama, sendo a mesma confirmada em 17 de julho de 1718, pelo rei de Portugal. (Tavares, 1982, p. 98).

Essa sesmaria está relacionada a um pedido de doação de terras feita, em dia 15 de abril de 1717, pelo coronel João Rocha Motta que residia na Villa de S. Antônio do Recife. O requente afirma que se trata de terras devolutas e, para justificar seu pedido, menciona sua criação de gado e cavalos. As terras solicitadas por ele possuem um poço de água atrás da Serra e contam com matas e vegetação, criando um ambiente favorável para criação de gado. No mês seguinte, ele fez outra solicitação:

Nº 140 em 19 de Maio de 1717

Coronel João da Rocha Motta e o Capitão Paulo Monteiro de Barros, moradores da vila S. Antonio do Recife, dizem que tendo no sertão dos Carirys uns sítios de terras chamados, Sucurú, Cotaé, Burraco e Campo da Ema, que houve por compra do Capitão João Ferreira de Mello já defuncto e de seu filho o tenente Miguel ferreira de Mello, povoados com gados vacum

e cavalari a 17 para 18 anos e nas ilhargas da data do dito capitão João Ferreira de Mello e seos companheiros, da parte do norte está um riacho detraz da serra da Ema chamado riacho dos Campos da Lagôa de cima e poço Salgado com alguma terra circunvizinhas capaz de crear gado, devoluta; e porque querem povoar dita terra e pelo jus da visinhaça e antiguidade têm preferencia para requerer a mercê delas, pediam seis léguas de comprimento e uma de largo para ambos em que se comprehenderão o dito riacho de terras da serra da Ema, por nome Riacho dos Campos da Lagôa de Cima e Poço Salgado, começando o comprimento do dito capitão João Ferreira de Mello e seos companheiros para o poente uma légua de largo continuada pela parte do norte. Foi feita a concessão no governo de João de Maia da Gama, e confirmada pelo rei de Portugal em 22 de Julho de 1718. (Tavares, 1982, p. 100).

A solicitação das sesmarias foi feita no dia 19 de maio de 1717, pelo Coronel João da Rocha Motta e o Capitão Paulo Monteiro de Barros, moradores da vila S. Antonio do Recife. Os requerentes afirmam que já criavam cavalos e gados naquela região há aproximadamente 17 a 18 anos. Para justificar seu pedido, mencionam que as terras eram fontes de poços e olho d'água, além de buscarem o povoamento da área, considerando o tempo que já estavam estabelecidos ali. Por essa razão, acreditam ter prioridade na posse dessas terras.

Vejamos a terceira sesmaria identificada:

Nº 189 em 18 de Dezembro de 1722 Pedro da Costa de Azevedo, não tendo terras capazes de situar os gados que possui; e porque tem noticia que no Cariry há um riacho no qual entra o rio Sucurú entre e o sul no dito rio, ficando para parte de cima a fazenda da Conceição do capitão Cosme Ferreira de Mello e para parte de baixo a fazenda do Sucuru e vem a entrar o dito riachão no rio Sucurú por entre ela duas fazendas, ficando da parte sul a fazenda Olho D'agua e para parte de cima do mesmo sul, as terras que foram do governador João Fernandes Viera, pelo Parahybinha, e da fazenda do Sargento Mor Alves, chamada S. Paulo, e corre o dito riachão por meio desses dois logares; pelo que pede por terras devolutas três legoas de comprimento e uma de largura para cada banda. Fez-se a concessão na forma requerida de três legoas de comprimento e uma de largura, no governo de João de Abreu Castello Branco. (Tavares, 1982, p. 122).

A sesmaria foi solicitada por Pedro da Costa Azevedo, datada em 18 de dezembro de 1722. O solicitante ao saber das terras devolutas ás margens de um riacho na região do Cariry, manifestou seu interesse em adquirir aquelas terras produtivas para criação de gado, uma vez que, argumentou que, embora possuísse cabeça de gado, não dispunha de terras adequada para manter sua criação. Essa foi a justificativa do solicitante.

Vejamos a sesmaria a seguir:

Nº 240 em 7 de Novembro de 1734

O sargento-mor Antonio da Cunha Ferreira, morador no Recife de Pernambuco, tendo bastante número de gado no sertão do Cariry, em cujo logar tem descoberto um olho D'agua chamado Oity, o qual desagôa no riacho da Cova do Tapuya e este no riacho Sucurú; e porque no dito riacho estão terras devolutas que confrotão pela parte da norte e do poente dele supplicante e pela parte do nascente com terras que foram do capitão João Ferreira de Mello que hoje as possuem os herdeiros do coronel João da Rocha Motta e pela parte sul com terras que foram do governador João Fernandes Vieira, e como pelas ordens de S. é permitido conceder-se por data de sesmaria três legoas de terra de comprimento e uma de largo á pessoa, que descobre as ditas terras para effeito de as povoarem por isso pedia a mercê de tres léguas de comprimento e uma de largo principiando da Cova do Poço do Tapuya para cima, entrando pelo dito riachinho e olho D'agua do Oity buscando o poente, e uma de largo. Fez-se a concessão na forma requerida, no governo de Pedro Monteiro de Macedo. (Tavares, 1982, p. 144).

O sargento-mor Antônio da Cunha Ferreira, morador no Recife de Pernambuco, solicitou a sesmaria no dia 7 de novembro de 1734, identificado como grande proprietário de cabeça de gado no sertão do Cariry. Sua principal justificativa para a solicitação das terras foi ter encontrado um olho d'água localizado em terras devolutas que fazem divisa ao norte com suas propriedades. Portanto, esse fato serviu como justificativa para seu interesse na aquisição daquelas terras.

Vejamos o próximo pedido de sesmarias a seguir:

Nº 282 em 15 de Maio de 1741

O sargento-mor Antonio Cunha Ferreira, à custa de sua fazenda descobrira no sertão do Cariry um poço d'agua chamado Gerimun no riacho das Lages, devoluto, ao qual pretendia, para fazer crear seos gados, três legoas de terras, duas do dito poço para cima e uma de largo, meia para cada banda do dito riacho das Lages, que desagua no rio cachoeira em terras dele supplicante para a parte do nascente e confronta pela parte do norte e poente com terras que foram do capitão João Ferreira de Mello e hoje possuídas pelos herdeiros do coronel João da Rocha Motta e pela parte do Sul com terras dele supplicante. Fez-se a concessão no governo de Pedro Monteiro de Macedo. (Tavares, 1982, p. 162).

Vemos que o mesmo Sargento-mor Antônio Cunha Ferreira solicitou a sesmaria datada de 15 de maio de 1741, afirmando já ser proprietário de um sítio na região do sertão do Cariry, chamado Cachoeira. Ao notar a presença de algumas terras ditas por ele como devolutas e desapropriadas na área, decidiu solicitar a concessão delas para a criação de gado e cavalos.

Vamos analisar a sesmaria a seguir:

Nº 307 em 16 de Novembro de 1742

Sargento-mor Antonio da Cunha Ferreira, morador em Pernambuco, diz que é senhor e possuidor de um sitio de crear gados no sertão do Cariri, chamado Cachoeira e como entende haver no dito logar contiguo ao dito sitio algumas terras de sobras devolutas e desapropriadas, das quaes denuncia o suplicante por falta de cultura para effeito de lhe serem dadas, as quaes começam nas suas testadas, légua e meia de comprido e meia de largo, buscando o norte incluindo na dita data o olho d'agua de Gamelleira para crear nelle os seos gados vacuns e cavalaes que tem ou aonde mais conta lhe tiver; portanto , pedia fosse servido conceder por data e sesmaria as tres léguas de terras de comprido e uma de largo, na parte que tem confrontado para crear seus gados. Foi feita a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo. (Tavares, 1982, p. 174).

A concessão ocorreu no dia 16 de novembro de 1742, sendo apresentada pelo mesmo sargento-mor Antônio da Cunha Ferreira, que veio de Pernambuco. De igual modo, ele informa que possui um sítio na região do sertão do Cariry, chamado Cachoeira, e ao perceber a existência de terras ditas por ele como devolutas e desapropriadas na área, decidiu requisitar essas terras para a criação de gado. Ao somarmos a área correspondente a essas três sesmarias de Antônio da Cunha Ferreira (Nº 240 Nº 282 Nº 307), verificamos que ele se fez um grande latifundiário naquele território.

Passemos a sesmaria seguinte:

Nº 586 em 25 de Agosto de 1762 Antonio Duarte Vieira diz que na ribeira do rio Parahyba, sertão do Cariry de Fora, entre as fazendas Conceição e Sucurú se acham sobras, de comprehensão de tres léguas de uma ou outra fazenda, com agua e com capacidade para crear gados, a qual pretende por sesmaria de tres léguas principiando do Boqueirão da serra e paragem donde sahe o ruiacho Sucurú, e por outro nome riacho Detraz da Serra; e por este abaixo até o rio da Conceição, buscando o sul a contestar com terras de fazenda do Olho d'agua, com largura que se achar. Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique. (Tavares, 1982, p. 308).

Em 25 de Agosto de 1762, Antônio Duarte Vieira declara que, nas margens do rio Paraíba, no sertão do Cariry de Fora, existem terras sobrantes localizadas entre duas fazendas Conceição e Sucuru. Segundo ele, essas terras possuíam uma fonte de água e eram adequadas para a criação de gado. A concessão foi feita no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique.

A próxima sesmaria apresenta a seguinte informação:

Nº 656 em 7 de Novembro de 1768

Capitão Antonio da Silva Motta, Morador no Cariry de Fora, diz que descobriu terra devoluta no dito sertão, que pretende por sesmaria fazendo peão no riacho chamado Maguqui ou no Boqueirão da Serra, com légua e meia para baixo e légua e meia para cima, contestando pelo poente com terras da Torre

e pelo nascente com terras do sitio do sargento-mor Antonio da Cunha e com as da viúva D. Margarida Branca Ferreira, tendo esse riacho a sua nascente na parte do sul e faz barra com terras do supplicante abaixo de S. João. Pedia em conclusão tres léguas de comprimento e uma de largo, podendo fazer peão onde mais conveniente for. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Tavares, 1982,).

O capitão Antônio da Silva Motta, residente na região do Cariry de Fora, fez o pedido das sesmarias em 7 de novembro de 1768, declarando ter terras devolutas nessa área. Solicitou à coroa porções de terras próxima as fazendas já existentes na localidade, tendo seu pedido aceito durante o governo de Jeronymo José de Mello Castro.

A seguir vejamos a penúltima solicitação de sesmaria:

Nº 834 em 28 de outubro de 1785 José Francisco Torres diz que tem gados a carece terras para os crear, e por que descobriu na ribeira do Riacho dos Porcos terras devolutas, quer uma data de terra de tres léguas de comprido e uma de largo, pegando na cachoeirinha da Palha com légua e meia pelo riacho abaixo e meia para cada parte, e da dita Cachoeira da Palha pelo riacho acima ou outra légua e meia, porem como julga não ter terras bastante pelo riacho acima aonde se possa inteirar da outra légoa e meia quer encostar-se á serra das Emas e beirando-se pela parte do Sul buscando as cabeceiras do riacho do Jatobá, ficando-lhe o riacho do Mulungú pela parte do nascente e o do Jatobá pelo poente como melhor conta lhe fizer. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Tavares, 1982, p. 409).

Nessa penúltima solicitação, em 28 de outubro de 1785, José Francisco Torres justifica que descobriu terras devolutas na ribeira dos riachos dos porcos e, por isso, precisava delas para criar seus gados.

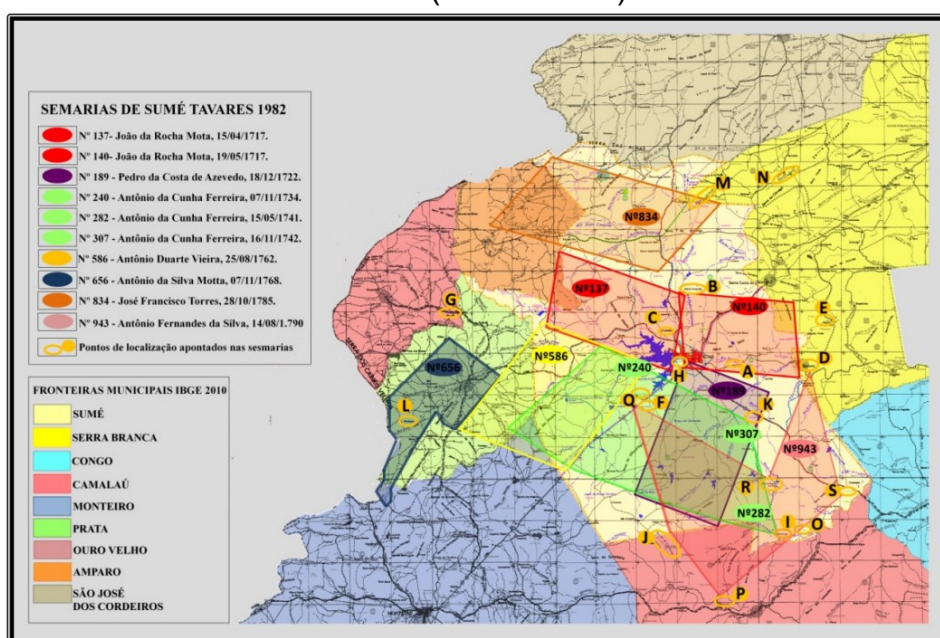
Vejamos a última solicitação de sesmaria no território correspondente ao atual município de Sumé:

Nº 943 em 14 de agosto de 1790 Antonio Fernandes da Silva, Morador no Cariry de fora diz que descobriu terras devolutas, sobras das fazendas dos Mocós, Ipoeiras, Carrapateira, Olho d'água do Juá pelo riacho da Porteira a cima, até completar tres léguas de comprido e uma de largo ou vice-versa, pede por sesmaria conforme as ordens de S.M. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Tavares, 1982, p. 451).

Antônio Fernandes da Silva solicitou a sesmaria que lhe foi concedida em 14 de agosto de 1790, sua justificativa para o pedido foi que encontrou terras devolutas sobrantes de algumas fazendas (Mocós, Ipoeiras, Carrapateira, Olho d'água do Juá). Sua solicitação foi aceita também no governo de Jeronymo José de Mello Castro.

Nascimento (2020) foi a primeira pesquisadora a identificar e analisar as 10 sesmarias correspondentes ao território do atual município de Sumé, inclusive, editando uma imagem do mapa daquele município e dos circunvizinhos, buscando identificar a localização de cada uma das citadas sesmarias. Apresentamos a seguir esse material:

Imagem 2 – Localização das sesmarias correspondentes ao atual município de Sumé (Século XVIII)



Fonte: Nascimento, 2020.

Observando as dez sesmarias já citadas, vemos que a maioria dos sesmeiros tinham patentes, o que demonstra que eles pertenciam a uma classe social de pessoas que já possuíam bens. Importante ressaltar que não era qualquer pessoa que poderia receber as sesmarias, era essencial que os requerentes informassem sua identidade, os seus bens, quais terras desejava e a finalidade para a qual os queria. Em outras palavras, para obter as doações de terras, teria que ter um poder aquisitivo reconhecido na sociedade. No caso particular do município em estudo, vemos que todos os requerentes utilizaram a mesma justificativa, que queriam as terras para criação de gados e cavalos.

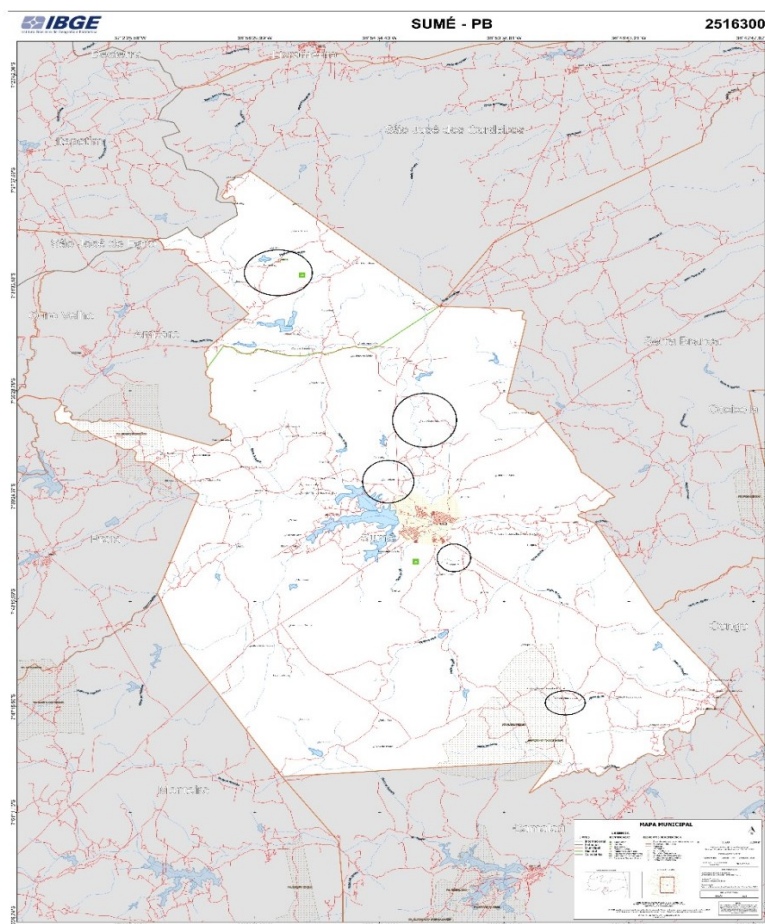
Outra fonte antiga que se é identificada como se reportando às fazendas daquele território é a Carta que Clemente Amorim e Souza, Capitão-Mor do Cariri de Fora, da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, da Capitania da Parahyba do Norte, fez ao governador Geral do Brasil, em 1757, que menciona as fazendas

instaladas naquela área. A partir dela identificamos os latifúndios que já existiam naquele ano no território que atualmente corresponde ao município em estudo. Vejamos:

(...) Do Posso Verde ao sítio **Campo da Ema** é uma léguas. Do Campo da Ema ao sítio do **Sucuru** são duas léguas. Do Sucuru ao sítio da **Conceição** são três léguas. Da Conceição para a parte esquerda distancia de quatro léguas está em um riachinho o sítio chamado **Olho D'água**. E daí duas léguas em outro riachinho está o sítio chamado **Bananeira**. (...). (Sousa, 1990, p. 41). (Grifos nossos).

Portanto, em 1757, ali já existiam as seguintes fazendas: Campo da Ema, Sucuru, Conceição, Olho D'água e Bananeira. Destas, apenas a última não aparece mencionada no quadro das sesmarias (ver quadro 2). A seguir destacamos a localização destas primeiras cinco fazendas no mapa do IBGE (2010)

Imagem 3 – Primeiras cinco fazendas do território que atualmente corresponde ao município de Sumé



Fonte: IBGE, 2010.

Um importante repositório para o estudo da *questão agrária* no século XIX é o site <https://eap.bl.uk/>, onde se encontra o *Projeto Documentos ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX em São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil*⁸. Nesta plataforma digital conseguimos localizar a base de dados com os 912 inventários⁹ de fazendeiros, datados entre os anos de 1782 e 1900, que integram a Coleção do Fórum Nivaldo Farias de Brito da Comarca de São João do Cariri. Ao realizarmos um filtro na lista sumário deste acervo a partir dos nomes das cinco primeiras fazendas de Sumé, conseguimos identificar 15 inventários que apresentam, entre os bens arrolados, terras daquelas fazendas e outras mais. Vejamos:

Quadro 3 – Inventários dos fazendeiros que aparecem como proprietários de terras no território do município de Sumé

Inventariado	Ano	Inventariante	Descrição dos bens
Capitão Manoel Fernandes da Silva	1816	Dona Izabel das Neves	Objetos em ouro, prata, cobre e ferro; móveis de casa (mesa com gavetas, oratório, camas, cadeiras, espingardas); escravos (mulatos, crioulos e angolas); gados vacum; cavalos; cabras; ovelhas; bens de raiz (sítios de terras Ipueiras, casa de vivenda, parte de terras no Riacho do Zabele, sítio de terras em Baraúnas e uma casinha, sítio de terras na Ema e uma casa e um sítio de terras no Brejo da Madre de Deos); e deixou dívidas ativas. Consta prestação de contas de tutoria.
Arnão Ferreira de Mello	1856	Jorge Lopes da Silva	Prata (espada, faca, esporas, colheres), tacho, espingarda, selas, canga de boi, jogo de malas, rede de franjas, cobertura de chita, marcas de ferrar gado, cangalhas, serrote, enxó; gado vacum e cavalar; terras (na propriedade Varejão (ou Varjão), no Sítio Tapera, no Sítio Sucuru); casa, currais e açude no Varjão; dívidas ativas e passivas.
Cosme Damião Soares	1856	Herdeiros de e Andreza Maria Lira	Escravos, casa e terras em Sucurú , cavalos, trancelim de ouro, entre outros.
Vicente Ferreira Freires	1865	Maria Francisca do Espírito Santo	Ouro (argolas, cordão); prata (esporas de corrente), pistola; espingarda, selim, sela; gado vacum e cavalar, cabras; casa de vivenda em Barriguda, terra (no Riacho do

⁸ Este projeto foi financiado pelo Programa Arquivos Ameaçados da Biblioteca Britânica (Inglaterra), foi iniciado em 2013 e finalizado em 2015. Teve por finalidade digitalizar os mais antigos documentos históricos provenientes da paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, e dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Arquivo Histórico da Paraíba, em João Pessoa. Esses registros são fundamentais para estudos da escravidão, dos africanos escravizados das populações indígenas, da miscigenação e distribuição da terra no Nordeste brasileiro. Cf. <https://eap.bl.uk/>.

⁹ Inventário é o processo pelo qual se faz um levantamento de todos os bens de determinada pessoa após sua morte. Através deste são avaliados, enumerados e divididos os bens deste para os seus sucessores.

			Angico, na propriedade Varjão, no sítio Taperoa no rio Sucuru , no sítio Barra do Ingá, no sítio São Domingos).
José Domingues da Silva Lacerda	1872	Luis José Pereira da Cunha	Prata (garfos, colheres), espingarda, pistola, grilhão de ferro, faca, escravas, gado vacum e cavalari, terras no sítio Conceição , Simão Lopes, Retiro e outros.
Josefa Gomes da Cruz	1790	Vicente Ferreira da Silva	Gados vacum e cavalari, sítios (Portão da Ribeira, Brejo da Taquatinga, Olho D'água), dívidas ativas e passivas.
Bernardino Gomes de Sena	1844	Antonio Gomes de Sena	Prata (esporas, colheres, garfos); espadagão e fardamento de oficial; espingarda; gado vacum; escravos (crioulo, cabra); sítio Serrote, terras (sítio Olho d'água , no sítio Mocó, no sítio Mulungú), casa de taipa (sítio Serrote; em São João); engenho de descarçar algodão.
Adriano José de Santana	1844	-	Prata (esporas, colheres), ouro (cordão, argolas), marca de ferrari gado, enxadas, malas, cangalhas, gado vacum e cavalari; escravo; casas, terras (no sítio do Olho d'agoa , no sítio Serraria).
Manoel Monteiro dos Santos	1851	Josefa Maria Cavalcante	Móveis (mesa com gavetas, tacho, moinho, jogo de caixas, engenho de algodão, foices, enxada, caixão de despejo, cama, cangalha, prensa de algodão, copo de vidro, estojo de navalha, talher de ouro, pente, toalhas de algodão, escravos (Angola, crioula, cabra); gado vacum e cavalari; terras (no Sítio Espírito Santo, no Sítio do Tamanduá, no Sítio Mulungú, no lugar Olho d'Água , no Sítio Serra Vermelha); casa (no Espírito Santo, no Sítio Tamanduá, no Brejo); dívidas ativas e passivas.
Manoel Alves de Brito Moribeca	1852	-	Utensílios de montaria de prata, objetos pessoais de ouro, utensílios de transporte de carga, moveis, objetos de caça, utensílios de carpir, bovinos, equinos, caprinos, escravos (mulato), terras (com casa de vivenda, currais e roçado de mandioca no Sítio Boa Vista de São Miguel; Sítio Salgado; Sítio Olho d'água ; Sítio Viração); dívidas passivas. Consta Partilha de bens (21 janeiro 1852).
Manoela Rosa Fernandes	1856	-	Ouro (crucifixo, rosário), prata (colheres, garfos, copo), tachos, oratório com imagens de santos, mesa, bancos e cadeiras, serrote, marca de ferros, cama, moinho; prensa de algodão no Sítio Gavião; enxadas; escravos (crioulos, mulata), gado vacum e cavalari; casa de vivenda, roçado de capim e fruteiras; casa de farinha, terras (no Sítio dos Meios, no Sítio Serra Branca de Emgabelada, no Sítio Congo, no Sítio Olho d'Água do Joá , no Sítio Recanto em Jacarará; dívidas ativas e passivas.
Anna Thereza de Jesus	1860	Lourenço Ferreira Ferro	Objetos em ouro e ferro, escravos, vacas, cavalos, terra e casa no sítio Olho d'Água , currais, terras no sítio Molungu, casas e milheiro de telha. Consta partilha de bens.
Lourenço Ferreira Ferro	1866	Florencia Maria da Conceição, seus filhos e genros	Escravos, cavalos, cama; terras (no Olho d'água hoje Mulungu, no Brejo Buraco), casa,

			açude, ouro (botões, anelão), prata (fivelas, faca).
Francisco Antonio da Trezena	1866	Arcangela Maria da Conceição	Ouro (cordão, argolas); cobre (tachos), machado, foice, cangalha, espingarda, jogo de caixas de pregaria, jogo de malas, selim, mesa, oratório com imagens; gado vacuum e cavalari, ovelhas, cabras, escravos; terras (no lugar Duas Barras, no Olho D'água), casas, cercado, dividas ativas e passivas.
Rofina Freires Maris	1872	Patricio da Costa Freires Maracajá	Dinheiro, relógio de prata com bordas de ouro, ouro (trancelim, imagem do espirito santo, anel com brilhantes, pulseira, brincos, alfinete, escravos, gado vacuum e cavalari, terras na propriedade Olho D'água .
Francisca Maria da Conceição	1872	Clemente de Amorim Souza	Prata (esporas, colher), machado, ferro de engomar, pá de ferro, marca de ferrar, banco, cavalos e éguas, cabra, ovelha, roçado de plantação e terras em Boa Vista, terras no sítio São Thomé .

Fonte: <https://eap.bl.uk/>. Quadro elaborado pela autora do texto. (Grifos nossos).

Além de realizarmos a busca pelos nomes das cinco fazendas, buscamos também os nomes que aparecem nas sesmarias e também o do sítio que deu origem a sede urbana (São Thomé). Nos 15 inventários, vemos que são citadas, como descrição dos bens, terras e casas nos lugares Ema (1 vez), Sucurú (2 vezes) Conceição (1 vez), Olho D'água (10 vezes) e São Thomé (1 vez)¹⁰. Há a possibilidade de que os fazendeiros inventariados sejam descendentes do solicitante das sesmarias acima mencionadas e dos proprietários das 5 fazendas citadas pelo Capitão-Mor do Cariri de Fora, Clemente Amorim e Souza, em 1757. De certo é que há a forte possibilidade de os nomes citados no quadro acima são os dos grandes proprietários de terras no município em estudo no século XIX.¹¹

A primeira fonte que traz os nomes dos imóveis rurais e de seus proprietários é o Censo Agropecuário de 1920, sendo, portanto, muito importante para a construção

¹⁰ Para uma maior certeza de que se trata das fazendas que compõem o atual município de Sumé, consideramos que há a necessidade de cruzarmos esta fonte com outras que também as mencionem, uma vez que existiam mais de uma fazenda com o mesmo nome na circunscrição que abrangia do Cariri de Fora. Por exemplo, em 1757, haviam três fazendas como o nome Olho D'água: uma no atual território de Sumé, uma no de São Domingos do Cariri e uma no de Juazeirinho.

¹¹ Há também a possibilidade de investigarmos mais sobre estes proprietários de terras e suas fazendas por meio dos registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos dispostos nos Arquivos da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. Tais registros, referentes ao povo africano escravizado, foram organizados em tabelas de Excel pelos pesquisadores Solange Mouzinho Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas. Para a presente pesquisa não conseguimos analisar esses dados.

da história da *questão agrária* dos municípios brasileiros. A partir do recorte que se refere ao território que corresponde ao atual município de Sumé, conseguimos identificar 62 estabelecimentos rurais que se apresentam como pertencendo a 62 pessoas daquele território. Vejamos:

Quadro 4 – Imóveis rurais e seus declarantes no território que corresponde ao atual município de Sumé – 1920

Nº	Estabelecimento Rural	Nº	Declarante
01	Abertos	01	Alípio Leite Nogueira
02	Alagôa	02	José Braz de Macedo
03	Alexandria	03	Manoel D. de Carvalho
04	Amparo	04	João Baptista Reynaldo
05	Angico Torto	05	José Gomes de Araujo
06	Areal	06	Dr. Augusto Santa Cruz Oliveira
07	Aroeiras	07	Pedro Cypriano da Silva
08	Bananeiras	08	Máximo de Sá Cavalcanti
09	Banquinho	09	José Francisco da Costa
		10	Manoel Severo de Macedo
10	Barriguda	11	José Saverio de Macedo
11	Bôa Vista	12	Francisco José da Silva
12	Brava	13	Miguel Cypriano da Silva
13	Cabeça de Boi	14	Esperidião B da Silveira e outros
14	Cachoeira do Gregório	15	Francisco da Silva
		16	Rufino Antônio da Silva
15	Carahybeira	17	João Rufino da Silva
		18	Honorio Ferreira Quintaes
		19	Ivo de Lima Chaves
		20	Ignácio Cesário de Lima
		21	Manoel Calixto Alves
16	Carnaúba	22	André Medeiros de Freitas & Irmãos
17	Casa de Pedra	23	Lucindo Ferreira Quintaes
		24	Manoel Gonçalves de Lima
18	Caxingó	25	Estevão Nery e outros
		26	Manoel Ramos dos Santos Lima
19	Chique Chique	27	Cícero Francisco de Macedo
20	Chorão	28	Francisco B de Sant'Anna
21	Cincho	29	Francisco B. R. de Deus
		30	Joaquim Nunes Pereira
22	Cinco Vacas	31	Justino Ferreira de Macedo
		32	João Campos de Oliveira
		33	José Joaquim da Silva
23	Conceição	34	Antônio Andrade de Souza
		35	José Alves de Souza
		36	Rufino Francisco de Mello
		37	Ananias Francisco de Mello
24	Cutay de Baixo	38	José Francisco da Rocha
25	Cutay de Cima	39	João Argemiro de Souza
26	Fazenda Feijão	40	Sizenando Raphael de Deus
27	Firmeza	41	Adolpho Mayer Samuel
28	Formigueiro	42	Francisco Baptista Gonçalves
29	Galdino	43	Leopoldina Rita da Conceição
		44	Antônio Gomes de Freitas
30	Geremum	45	Sizenando Raphael de Deus

		46	Galdino Marques Lima
31	Graviel	47	Maria Justina da Conceição
		48	Florentino Corrêa Neves
		49	Marciano José de Oliveira
32	Gregório	50	José Florencio da Silva
33	Ingá	51	José Libanio Ribeiro
34	Ipoeira do Poço	52	Innocencio B. de Macedo
35	Jacú	53	Tiburcio V. de Barros
		54	José Agostinho e outros
36	Joá	55	Francisco Palmyro de Souza
37	Junco	56	João Paulino de Souza
38	Jurema	57	José Pereira Andrade
		58	Antônio Feliciano da Silva
39	Lagôa do Vaqueiro	59	Paulo ele Souza Braz
40	Lagôa da Cobra	60	Lourenço A. Gouveia
41	Laguinhos	61	Silvino Ferreira de Freitas
42	Lapa	62	Pedro Soares da Silva
43	Logradouro	63	Manoel Alves Campos
44	Malhada da Pedra	64	Sulpino Rodrigues Freitas
45	Mandacaru	65	Pedro Baptista Gonçalves
46	Maracajá	66	José Amâncio M. Maracajá e outros
47	Mulungu	67	João Aleixo Bezerra
48	Oity	68	Felinto Simas de Araujo
49	Olho d'Agua Branco	69	Adolpho Mayer Samuel
50	Olho d'Agua do Cunha	70	Marianno Japiassú
51	Olho d'Agua do Joá	71	Rufino Antônio da Silva
52	Olho d'Agua do Padre	72	Manoel Divino Ferreira
53	Pau d'Arco	73	Manoel Rodrigues de Abreu
54	Pau Ferro	74	Agostinho Braz de Macedo
55	Pedia Comprida	75	Marciano José de Oliveira
56	Pedra d'Agua	76	Fausto Raphael da Cruz
57	Pinhões	77	José Gabriel dos Santos
58	Pinhões de Cima	78	Sabino Gonçalves de Oliveira
59	pinhões do Mico	79	Pedro Pereira de Gouveia
60	Pinhões Velho	80	Pedro o Joaquim Sobral
61	Poço da Pedra	81	Francisca Maria da Conceição
		82	Manoel Ignácio da Silva
		83	Lino de Farias Freitas
		84	Francisco Rodrigues Maciel
62	Poço do Boi	85	Lourenço Simões do Nascimento
63	Poço Escuro	86	André B Japiassú
64	Princeza	87	Francisco O de Souza
65	Recanto	88	Bettholdo Gregorio de Souza
		89	Sizenando Raphael de Deus
66	Retiro	90	Esperidião José de Souza
		91	Hugo de Santa Cruz Oliveira
67	Riachão	92	João Gregório de Souza
68	Riacho da Roça	93	Manoel Paulino de Souza
		94	Manoel Gomes Pessôa
		95	Manoel Soares da Silva
69	Riacho de Porteiras	96	Antônio Fernandes de Lima
		97	José Alexandre de Mello
		98	Alexandre José de Mello
		99	Maria Francisca de Jesus
70	Riacho do Catity	100	Jovino Ferreira Leite
71	Roçado do Matto	101	Octaviano B Japiassú
72	Salgadinho	102	337 Fortunato Reynaldo do Rego
73	Santa Rosa	103	Bento Mendes Cajumbá

74	Santo Agostinho	104	.Manoel Baptista Brandão
75	São Thomé	105	Emygdio de S Rollim
76	Serrote Agudo	106	Alfredo Mayer de Freitas
77	Sítio das Bananeiras	107	Severino Simões do Nascimento
78	Sítio do Mello	108	Theophilo Rodrigues de Freitas
		109	Leoncio Aleixo do Nascimento
79	Terra Vermelha	110	Manoel Rouxinol da Silva
80	Tigre	111	Marciano José de Oliveira
81	Tortão	112	José Monteiro de Lima
82	Várzea	113	Napoleão Bezerra da Silva
83	Várzea da Roça	114	Marianno Baptista de Sant'Anna
		115	Marianno Barbosa
		116	Joaquim F Santiago
		117	José Ge1aldo de Sant'Anna
84	Várzea do Estevão	118	Antônio Mello da Silva
		119	Antônio Bento da Silva
85	Várzea do Matta Pasto	120	Isaiás Ferreira Xavier
86	Várzea Nova	121	Amaro V Ferreira a e outros
87	Volta do Rio	122	Cicero de Souza Araujo

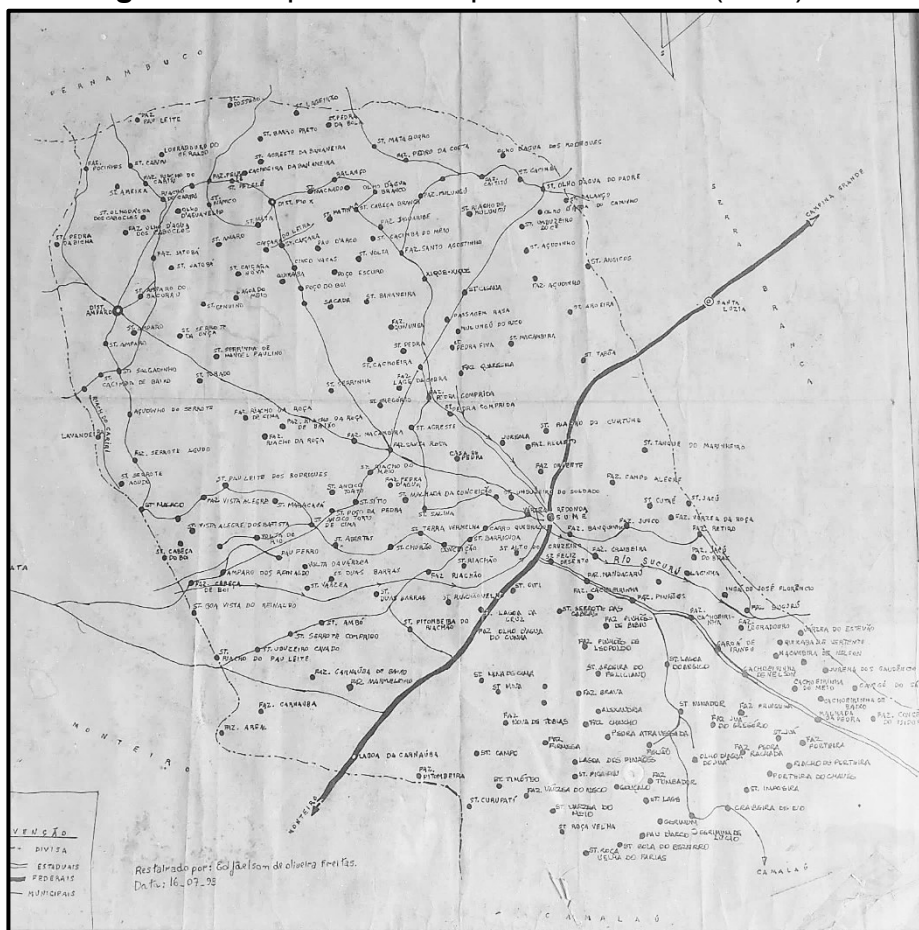
Fonte: Censo Agropecuário de 1920. Quadro elaborado pela autora do texto.

Conseguimos identificar no quadro acima, 122 declarantes de 87 estabelecimentos rurais. Este Censo Agropecuário de 1920 teve o mérito de ter sido o primeiro a relacionar os nomes dos grandes imóveis rurais e dos fazendeiros que eram seus *proprietários*, bem como os nomes dos pequenos imóveis rurais e dos camponeses que eram seus *posseiros*¹², porém, ele não cita o tamanho dos ditos imóveis. De todo modo, se trata de uma rica fonte para o estudo da *questão agrária* no município em análise, uma vez que, por meio dele se é possível verificar a continuidade dos descendentes das primeiras fazendas dos séculos XVIII e XIX como seus proprietários.

No mapa do município de Sumé de 1951, reproduzido em 1998, do qual o atual município de Amparo ainda fazia parte até 1994, também conseguimos identificar o nome dos imóveis rurais que faziam parte daquele território. Vejamos:

¹² Juridicamente há uma diferença entre *posse* e *propriedade*. De acordo com o Código Civil, a *posse* não dar os efeitos reais de propriedade sobre a coisa; já a *propriedade* dar a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Isso significa que aquele que é *proprietário* é também *possuidor*, mas nem todo *possuidor* é também *proprietário*. Cf. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Imagem 4 – Mapa do município de Sumé-PB (1951)



Fonte: Memorial Sucurú.

Buscando verificar tanto a predominância do latifúndio como a permanência das mesmas famílias com suas proprietárias naquele território, lançamos mãos de fontes que dão conta de dados mais atuais daquela realidade agrária. A primeira destas fontes foi o Censo Agropecuário de 2017, segundo o qual, o município de Sumé tem 905 estabelecimentos agropecuários que totalizam uma área de 48.581 hectares. A seguir apresentamos a condição legal dos produtores em relação as terras que foram declaradas.

Quadro 5 – Condição do produtor em relação às terras no município de Sumé - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Nº de Estabelecimentos
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	755
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	95
Arrendatário	7
Parceiro	32

Comodatário, inclusive com termo de autorização de uso sustentável – taus	14
Ocupante - a justo título ou por simples ocupação	1
Produtor sem área	1
TOTAL	905

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Ao analisarmos os Censos Agropecuários de 2017, verificamos que o IBGE adotou para a condição legal do produtor as diferentes categorias, a saber: *Proprietário; Assentado; Arrendatário; Parceiro; Comodatário; Ocupante e Produtor sem área*. O IBGE concebe um significado para cada uma dessas categorias considerando a condição legal das terras e sua utilização:

Área de terras próprias – quando a área é de propriedade do produtor; **Área de terras concedidas por órgão fundiário, sem título definitivo (inclusive assentamento e com concessão de direito real de uso)** – quando a área é concedida por órgão fundiário e à qual ainda não havia sido outorgado o título definitivo de propriedade até a data de referência, como: título de domínio ou concessão de direito real de uso, título de ocupação colonial, título provisório ou outro (inclusive em regime de posse não titulada), e assentamentos;

Área de terras arrendadas – quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos;

Área de terras em parceria – quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de parte da produção (meia, terça, quarta etc.);

Área de terras em regime de comodato (contrato ou acerto entre as partes) – quando a área é de propriedade de terceiros e, na data de referência, estava sendo explorada pelo produtor mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o produtor (comodatário) assume as obrigações; e

Área de terras ocupadas – quando a área (pública ou particular) é de propriedade de terceiros, e o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação ou posse). (Censo Agropecuário, 2017, p. 17-18)

É possível notar que, fora a primeira categoria (*Proprietário*), as demais (*Assentado; Arrendatário; Parceiro; Comodatário; Ocupante e Produtor sem área*) não possuem terras. No caso de Sumé, o censo registra 755 proprietários de imóveis rurais e 150 pessoas que não tem terras e que, por isso, as alugam ou as ocupam.

No que diz respeito à categoria de *Proprietário*, vemos que ela reflete a predominância da propriedade privada dos meios de produção na agricultura, onde os proprietários têm o controle sobre a terra. Já na categoria *Assentado*, ou aguardando

a titulação definitiva há a presença de 95 estabelecimentos, sugerindo que, apesar de legalidade da concessão ou posse definitiva de terras, esta forma de acesso à terra não é prevalente ou acessível para a maioria dos produtores, demonstrando que os programas de Reforma Agrária ou de assentamento são limitados ou insuficientes para atender às necessidades da população rural da região, refletindo as contradições entre as demandas por acesso à terra e os interesses dominantes do sistema capitalista. Com relação as categorias *Arrendatário*, há a presença de 7 estabelecimentos e, de *Parceiro*, há presença de 32 estabelecimentos, totalizando 39 imóveis rurais, em cada uma dessas categorias o que sugere, mais uma vez, a concentração de poder nas mãos dos *proprietários* de terra, que podem deter a maior parte do controle sobre a produção agrícola, enquanto os arrendatários e parceiros enfrentam relações desiguais de poder, de produção e de exploração.

Por fim, com relação as categorias de *Comodatário*, *Ocupante* e *Produtor sem área*, há a presença de um número menor de estabelecimentos nessas categorias indica a existência de formas de acesso à terra que podem estar fora do sistema formal de propriedade privada, como ocupações de terras ou acordos de comodato. Isso reflete as contradições entre a histórica demanda por acesso às terras por parte dos trabalhadores rurais e a estrutura legal e econômica dominante que favorece os proprietários de terra.

Após apresentar que o município de Sumé que tem 905 estabelecimentos agropecuários que totalizam uma área de 48.581 hectares e a distribuição destes estabelecimentos por categorias de produtores (*Proprietário*; *Assentado*; *Arrendatário*; *Parceiro*; *Comodatário*; *Ocupante* e *Produtor sem área*), o Censo Agropecuário de 2017 também traz a quantidade de hectares que cada uma destas categorias tem acesso. Vejamos:

Quadro 6 – Condição do produtor em relação às terras (hectares) no município de Sumé - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Hectares
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	44.582
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	1.877
Arrendatário	-
Parceiro	-
Comodatário, inclusive com termo de autorização de uso sustentável – taus	-
Ocupante - a justo título ou por simples ocupação	-
Produtor sem área	-
TOTAL	46.459

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Os resultados expostos revelam a concentração de terras entre os proprietários, ou seja, entre aqueles que tem as escrituras de suas terras. Em resumo, destacam-se as contradições e desigualdades inerentes ao sistema agrícola semifeudal brasileiro, onde as diferentes formas de acesso à terra refletem as relações de poder, de produção e de exploração entre os proprietários de terra e os camponeses *posseiros* (trabalhadores rurais). São essas contradições que alimentam as lutas de classes por reforma agrária, justiça social e transformação das estruturas de poder dominantes.

A segunda fonte com dados mais atuais daquela realidade agrária que consultamos, para verificarmos se há a predominância do latifúndio e a permanência das mesmas famílias como suas proprietárias naquele território, foi o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)¹³ de 2017, que tratamos a seguir. Importante destacar que, somente a partir das informações do SNCR, é que se é possível ter acesso aos nomes dos imóveis rurais e de seus declarantes (*proprietários e posseiros*), bem como os seus tamanhos em hectares, sendo, portanto, fundamentais para a análise da *questão agrária* municipal.

Para solucionarmos essa questão, sistematizamos essas informações de acordo com padrões oficiais estabelecidos pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) em seu Artigo 50, com redação alterada pela Lei 6.746/1979, que enquadra os tipos de imóveis rurais existentes no Brasil como *minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade*. Para uma averiguação de tamanhos das terras rurais nesses enquadramentos se leva em consideração o “Módulo Fiscal”, conforme Instrução Especial Nº 20 de 1980, do INCRA. O Módulo Fiscal de cada município, expresso em hectares, será determinado levando-se em consideração, de acordo com Artigo 50, em seu parágrafo segundo da Lei 6.746/1979:

- a) O tipo de exploração predominante no Município:
- b) I - Hortifrutigranjeira;
- c) II - Cultura permanente;
- d) II - Cultura temporária;
- e) III - Pecuária; e
- f) IV - Florestal.

¹³ O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) compreende o cadastro de imóveis rurais, cadastro de proprietários e detentores de imóveis rurais, cadastro de arrendatários e parceiros rurais, cadastro de terras públicas e cadastro nacional de florestas públicas. O serviço disponibiliza a consulta de informações de imóvel rural e verificação de propriedade/posse de pessoa física ou jurídica. Cf. <https://www.gov.br/conecta/catalogo/apis/sncr-sistema-nacional-de-cadastro-rural>.

Desta maneira, levando em consideração os fatores apresentados na referida Lei, o município de Sumé tem a medida de 55 hectares para representar o equivalente a 1 (um) Módulo Fiscal. Posto isto, apresentamos essas conversões para o referido município no quadro a seguir.

Quadro 7 – Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal

Tipo de Propriedade	Tamanho em módulo fiscal	Tamanho em Hectares
Minifúndio	Inferior a 1 módulo fiscal	Até 54,99 hectares
Pequena Propriedade	Entre 1 e 4 módulos fiscais	Entre 55 e 219,99 hectares
Média Propriedade	Entre 4 e 15 módulos fiscais	Entre 220 e 824,99 hectares
Grande Propriedade	Superior a 15 módulos fiscais	A partir de 825 hectares

Fonte: Estatuto da Terra, 1964. Quadro elaborado pela autora do texto.

A partir dessas normatizações e considerando os dados declarados pelos *proprietários e posseiros* dos imóveis rurais de Sumé no SNCR, podemos dizer que a divisão dos imóveis daquele município se encontra distribuída da forma posta no quadro a seguir:

Quadro 8 – Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Sumé

Tamanho da área (ha)	Números de imóveis	Número por área (ha)
Minifúndio (Até 54,99 hectares)	607	10,142,06
Pequena propriedade (Entre 55 e 219,99 hectares)	154	17,892.36
Média propriedade (Entre 220 e 824,99 hectares)	86	36,062.07
Grande propriedade (A partir de 825 hectares)	13	19,683.12
TOTAL	860	83,779.60

Fonte: SNCR, 2019. Quadro elaborado pela autora do texto.

Na análise do quadro identificamos que 607 imóveis rurais são considerados “Minifúndios”, equivalente a 10,142.06 hectares do território municipal. Também identificamos 154 imóveis rurais equivalentes a “Pequena Propriedade”, que possuem uma área total de 17,892.36 hectares da área total. Seguindo o levantamento, obtivemos os dados de que 86 estabelecimentos rurais estão identificados como sendo “Média Propriedade”, possuindo 36,062.07 hectares do território municipal. Por fim, a última modalidade de estabelecimento identificada, a “Grande Propriedade” ou latifúndio, reúne em Sumé apenas 13 unidades que totaliza sozinha 19,683.12

hectares. Ao somarmos a quantidade e o tamanho dos minifúndios e pequenas propriedades, vemos que elas totalizam 761 imóveis com uma área de 28,036.41 hectares. Enquanto isto, ao somarmos a quantidade e o tamanho da “Média” e da “Grande Propriedade”, temos o significativo total de apenas 99 imóveis com o expressivo tamanho de 55,745.72 hectares. Ou seja, por estes dados, se confirma a concentração de muita terra nas mãos de poucos e a presença de pouca terra na mão de muitos.

Apesar de encontrarmos divergências entre os dados do Censo Agropecuário de 2017 e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), ambos oferecem uma visão quantitativa da distribuição de terras no município, que é fundamental para entendermos a *questão agrária* da região. Neste sentido, tanto uma fonte como a outra nos mostram que a situação agrária do município de Sumé reflete a grande realidade do Brasil, que é a que apresenta uma grande massa camponesa que possui uma pequena parte de terra e uma classe dominante sempre possuindo uma grande extensão de terra, muitas vezes, sem produtividade. Outro ponto crucial para falarmos é que, a maioria das vezes, as médias e grandes propriedades são passadas de pais para filhos e, assim, concentrando as terras em mãos das famílias que sempre foram beneficiadas com muita terra.

No mesmo banco de dados do SNCR conseguimos identificar os nomes das grandes fazendas do município de Sumé, incluindo o nome do titular e área total. Vejamos no quadro a seguir:

Quadro 9 – A grande propriedade no município de Sumé-PB

N°	Denominação	Titular	Área Total (ha)
01	Fazenda Jaguaribe	Epitácio Roberto Dantas	850
02	Fazenda Balanço	Sebastião Simões Irmãos	868
03	Fazenda Jaguaribe	Evaldo Adelmo do Nascimento	879,3
04	Fazenda Quaresma	Eliezer Braz Pereira	903,88
05	Fazenda Passagem Rasa	Ezequiel Braz Macedo	950
06	Fazenda da Bananeira	Jeffeson Figueiredo Menezes	959
07	Fazenda Jurema I	Otaviano de Queiroz Japiassú	1.262,00
08	Fazenda Quaresma	Maria Pereira de Macedo	1.299,00
09	Fazenda Saco Bamburral e Taboa	Pedro Odom de Sousa	1.344,30
10	Fazenda Olho D’água do Cunha	José Torres Mayer	1.751,96
11	Fazenda São Gonçalo	Maria Cleonice Gonçalves Ferreira	1.873,00
12	Projeto de Assentamento Serrote Agudo	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	2.358,63
13	Projeto de Assentamento Mandacaru	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	4.384,05
		Total	19.683,12

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2018.

No quadro apresentado, identificamos as grandes parcelas de terra no município de Sumé, incluindo os nomes dos proprietários e a extensão de terra que cada um possui. Das treze fazendas expostas no quadro acima, analisamos que apenas duas estão inseridas no Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária- INCRA. São elas: o projeto de assentamento Serrote Agudo, que possui uma área de 2.358,63 hectares, e o projeto do Assentamento Mandacaru, que tem uma área de 4.384,05 hectares.

Verificamos também que a fazenda Gonçalo é a terceira maior com uma área de 1.873,00 hectares, tendo como proprietária uma única pessoa, Maria Cleonice Gonçalves Ferreira. A quarta maior é a fazenda Olho d'água da Cunha, que possui uma área de 1.751,96 hectares e pertence a José Torres Mayer.

E vale destacar que a fazenda Olho D'água da Cunha foi palco de muita luta e resistências dos camponeses. Eles lutaram durante um bom tempo nessas terras onde os acampados construíram barracas e passaram a viver e trabalhar. Os acampados mantinham as esperanças de conseguirem um pedaço de terra para viverem e trabalhar. Neste espaço de lutas, os camponeses e os militantes viviam sofrendo ameaças por parte dos arrendatários e dos herdeiros da propriedade, mas eles não se intimidavam e continuavam resistindo por um pedaço de chão. Até que, numa tarde de domingo 17/12/2017, por volta das 16:00h, o acampamento Paulo Freire, foi alvo de um incêndio criminoso. O acampamento estava posicionado às margens da BR 412, como citado anteriormente reivindicava uma das propriedades improdutivas da família Mayer.

Importante destacar que as famílias acampadas foram surpreendidas com fogo nas suas barracas, mas, com a colaboração dos vizinhos, os acampados conseguiram controlar as chamas. Todavia, infelizmente, cinco barracos foram consumidos pelo fogo, afetando 9 famílias que perderam todos os seus pertences, incluindo itens pessoais e alimentos. Felizmente, não houve fatalidades e nem feridos.

Imagem 5 – Incêndio criminoso no acampamento Paulo Freire no município de Sumé-PB



Fonte: Acampamento Paulo Freire sofre incêndio criminoso em Sumé, na Paraíba - Combate Racismo Ambiental

Ato criminoso como esse representa apenas uma das diversas ameaças feitas por um arrendatário e pelos herdeiros da propriedade contra os camponeses que lutavam pelo direito a um pedaço de terra.

Com base nos dados apresentados nos quadros, podemos notar a expressiva presença do latifúndio no município de Sumé, que persiste ao longo do tempo. Isso indica que a desigualdade na ainda é uma situação comum no município em questão.

3 A PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DO QUEBRA-CABEÇA NA TURMA DO EJA

Este capítulo tem a finalidade de apresentar as principais características da Escola “Maria Leite Rafael”, englobando sua estrutura física, o perfil da turma e, por último, os momentos em que ocorreu a elaboração e experimentação do “quebra-cabeça do território” de Sumé-PB como recurso didático na prática docente na EJA do Ensino Fundamental, bem como compreender quais foram os significados políticos e pedagógicos da utilização desse “quebra-cabeça do território” na citada turma da EJA do Ensino Fundamental.

3.1 A ESCOLA MUNICIPAL MARIA LEITE RAFAEL

A Escola “Maria Leite Rafael”, CNPJ/44551515, situada na rua Vicente Preto nº 289, Bairro Alto Alegre, Sumé-PB, foi fundada no ano 1987. Recentemente, a Escola passou por uma reforma completa com um investimento mais de 1 milhão. A obra foi iniciada durante a gestão do ex-prefeito Francisco Duarte Silva Neto (Dr. Neto) e concluída e entregue pelo prefeito Eden Duarte Pinto de Sousa em abril de 2018. Com uma estrutura moderna, a escola foi construída em uma área de 1.680 m² e atualmente oferece Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e a EJA, além de contar com o atendimento educacional especializado (AEE). O horário do funcionamento da escola são os turnos manhã, tarde e noite. A seguir temos uma fotografia apresentando parte de sua estrutura física.

Imagem 6 – Escola Municipal “Maria Leite Rafael”



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

No que se refere à estrutura física, a escola possui boas condições contando com diversos espaços escolares que são adequados para atender à demanda da escola: No quadro abaixo, estão apresentados esses espaços:

Quadro 10 – Dados sobre a infraestrutura da escola

ESPAÇO FÍSICO	QUANTIDADE
Salas de aulas	16
Biblioteca	01
Cozinha	01
Secretária	01
Banheiros	06
Sala dos professores	01

Fonte: Gestão Escolar. Quadro elaborado pela autora do texto.

As salas de aula possuem boas condições estruturais e o espaço físico é adequado para acomodar a quantidade de educandos. A biblioteca possui um espaço pequeno, mas ventilação e a luminosidade são apropriadas, assim, contribuindo para a aprendizagem dos alunos.

A cozinha da escola possui um espaço considerado adequado e o local destinado ao armazenamento alimentício oferecido como merenda é organizado. A orientação do cardápio escolar é elaborada pelo nutricionista do município.

Os banheiros possuem uma boa estrutura física, divididos em três blocos. No primeiro andar, há um banheiro para os educandos, um para os professores e outro

para os funcionários. No térreo, a disposição é a mesma, com banheiro destinado aos educandos, aos professores e outro para aos funcionários.

A escola não possui quadra esportiva, quando necessário os alunos utilizam a quadra da Escola “Presidente Vargas”, que no momento está fechada.

Na infraestrutura hidráulica e elétrica a escola conta com água encanada, energia elétrica, instalações sanitárias e uma rede de esgoto, que se encontram em boas condições.

Atualmente, a escola não possui uma sala de informática. Há cinco computadores funcionando, mas eles são destinados ao uso da secretária e da coordenação. Caso os alunos precisem utilizá-los, isso deve ocorrer com o acompanhamento da gestão escolar. A sala de informática está em processo de organização.

A escola dispõe de alguns recursos de apoio didático pedagógicos destinados aos professores. Vejamos:

Quadro 11 – Recursos de apoio didático pedagógico

TV	04
Retroprojektor	03
Data show	02
Computador	05

Fonte: Gestão Escolar. Quadro elaborado pela autora do texto.

Esses recursos didáticos de apoio pedagógico são utilizados pelos professores e alunos conforme a demanda das aulas.

Atualmente, a gestão escolar é conduzida pelo gestor Valdecio Rodrigues de Sousa que possui formação em licenciatura em Educação do Campo e Gestão Pública, pós-graduado em gestão escolar e coordenação pedagógica. E a coordenação pedagógica está sob a responsabilidade de Mariana Carla Menezes, que é formada em licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais. A estrutura de funcionamento desses órgãos está alinhada ao expediente escolar.

3.2 ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO RECURSO DIDÁTICO QUEBRA-CABEÇA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ

O primeiro momento aconteceu na escola “Gonçala Rodrigues de Freitas”, que fica localizada na Rua Maestro Antônio Josué de Lima, 121, bairro Conjunto Habitacional Sebastião. Nós planejávamos acompanharmos a turma 8º ano e desenvolvermos o recurso didático na mesma, mas, em razão da autora da pesquisa ter começado a trabalhar nos turnos manhã e tarde, não havia possibilidade de continuar acompanhando a turma nessa escola. Portanto, chegamos à conclusão de que ficaríamos na Escola “Maria Leite Rafael”, na turma da EJA.

Imagem 7 – Momento da visita na Escola “Gonçala Rodrigues de Freitas”



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No segundo momento, realizamos uma visita à Escola “Maria Leite Rafael”, onde conhecemos o espaço escolar, o gestor e a professora Franciely Renally Maciel, formada em licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais. Decidimos que acompanháramos a turma da EJA, especificamente na disciplina de História, uma vez que, a autora da pesquisa é licenciada em Educação do Campo na citada área de conhecimento. Vejamos a foto a seguir:

Imagem 8 – Primeira visita na escola “Maria Leite”



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

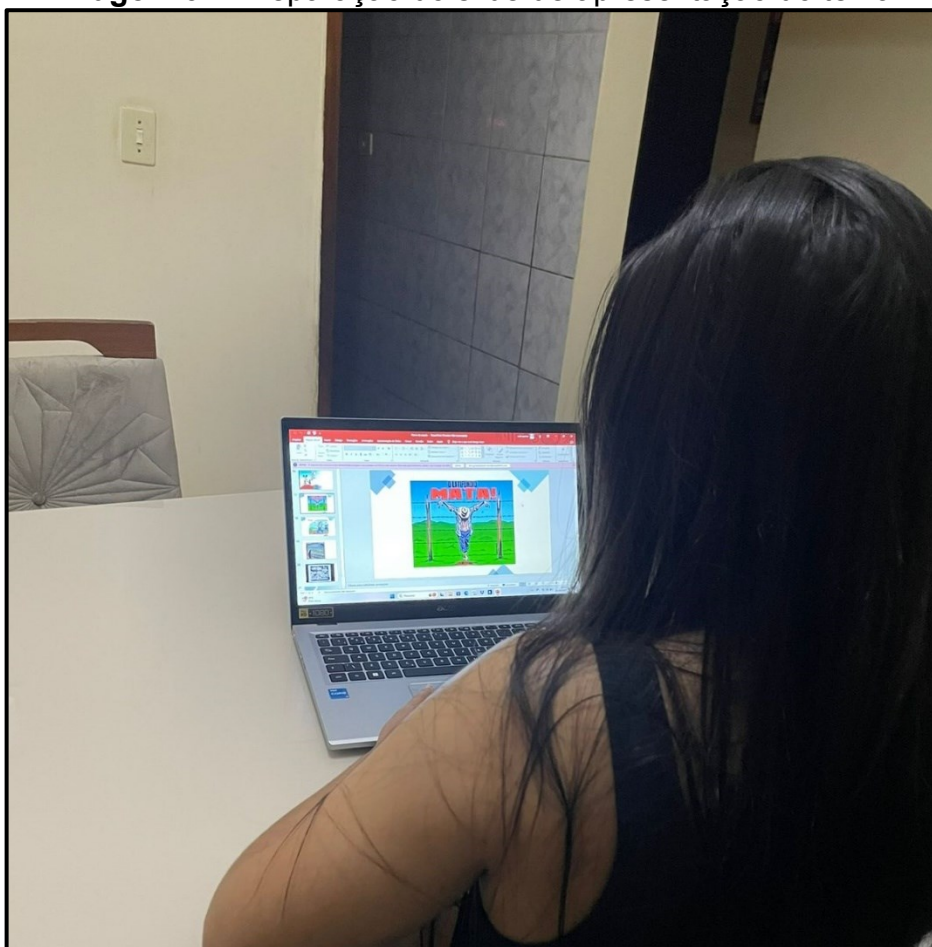
Os discentes que participaram da intervenção e da aplicação do jogo quebra-cabeça foram os da turma da EJA 8º no turno da noite, da Escola “Maria Leite Rafael”, Sumé-PB. A turma é formada por 15 alunos com faixa etária diversificada de 15 a 60 anos. Alguns dos alunos são filhos de camponeses que antes moravam na zona rural, mas atualmente moram na cidade.

O terceiro momento aconteceu na sala dos professores na universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), onde realizamos o planejamento para desenvolvermos a intervenção e definimos qual seria o recurso didático que iríamos trabalhar. Ficou decidido que íamos trabalhar com o quebra-cabeça através do mapa com os nomes das grandes fazendas do município de Sumé-PB. Ao utilizar esse recurso, o objetivo seria compartilharmos com os alunos sobre a *questão agrária*, destacando os nomes dos grandes latifúndios do município, observando que, em nosso município, ainda existem grandes propriedades de terras nas mãos de poucos. Dessa forma, por meio do quebra-cabeça, os alunos poderiam encontrar os nomes das grandes propriedades de terras mencionadas na aula, permitindo que aprendesse de maneira mais prazerosa.

O quarto momento foi o da elaboração dos slides com o tema “latifúndio no Brasil e no município de Sumé-PB” para a apresentação junto à turma escolhida. Nessa aula, abordamos quando e como o latifúndio começou no país, explicando que

isso ocorreu através do sistema de *sesmarias*, além de analisarmos se no município de Sumé existem grandes propriedades de terras nas mãos de poucas pessoas.

Imagem 9 – Preparação do slide de apresentação do tema



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No quinto momento, produzimos o quebra-cabeça, utilizando o mapa do município de Sumé-PB de 1951, restaurado por Edjaelson de Oliveira Freitas em 16/07/1998. Foi um momento de aprendizado em que levamos cerca de 4 dias para deixá-lo pronto. Utilizamos materiais como isopor, cola de silicone, estilete, tesoura, lápis e régua para criarmos esse recurso didático. No decorrer da produção, refletimos sobre como iríamos utilizá-lo, definindo os objetivos para que se tornasse um jogo dinâmico e contribuísse de maneira positiva com o tema a ser abordado.

Imagem 10 – Preparação para iniciar o quebra-cabeça



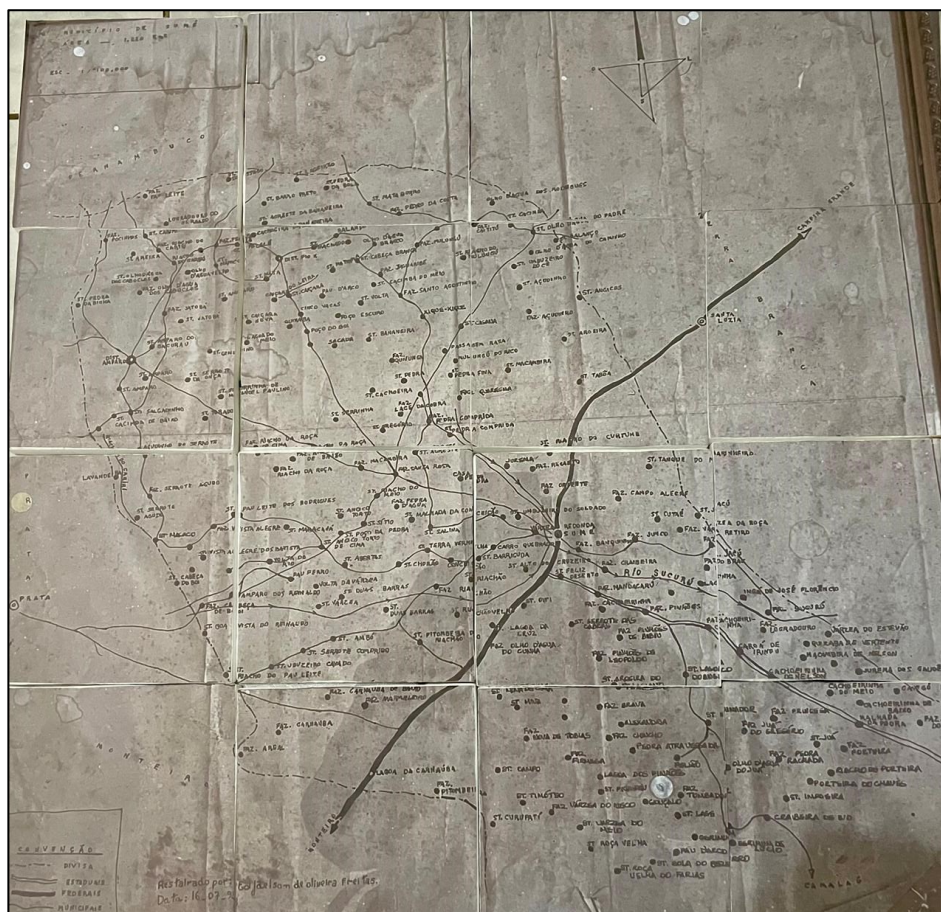
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 11 – Processo de colagem das peças



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 12 – Quebra-cabeça finalizado



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O recurso didático é composto por um total de 16 peças. Como mencionado anteriormente, nesta etapa de construção do quebra-cabeça, elaboramos como ia ser a dinâmica do quebra-cabeça, foi decidido que os alunos montariam e, assim que a montagem fosse concluída, deveriam procurar e circular os nomes das grandes propriedades de terras do município em estudo que foram mencionadas durante a aula.

No sexto momento, foi realizada uma aula expositiva e dialogada sobre o tema já mencionado, dividida em três partes. Na primeira parte, apresentamos a teoria por meio de slides, que abordavam a origem dos latifúndios no Brasil, explicando todo o processo que levou ao problema da divisão de terras quando os portugueses chegaram ao país para colonizá-lo. Discutimos o sistema de sesmarias e seguimos até a análise das sesmarias e da distribuição de terras no município em estudo, mostrando que ainda existem latifúndios na região.

Imagem 13 – Aula expositiva e dialogada

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 14 – Aula expositiva dialogada

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

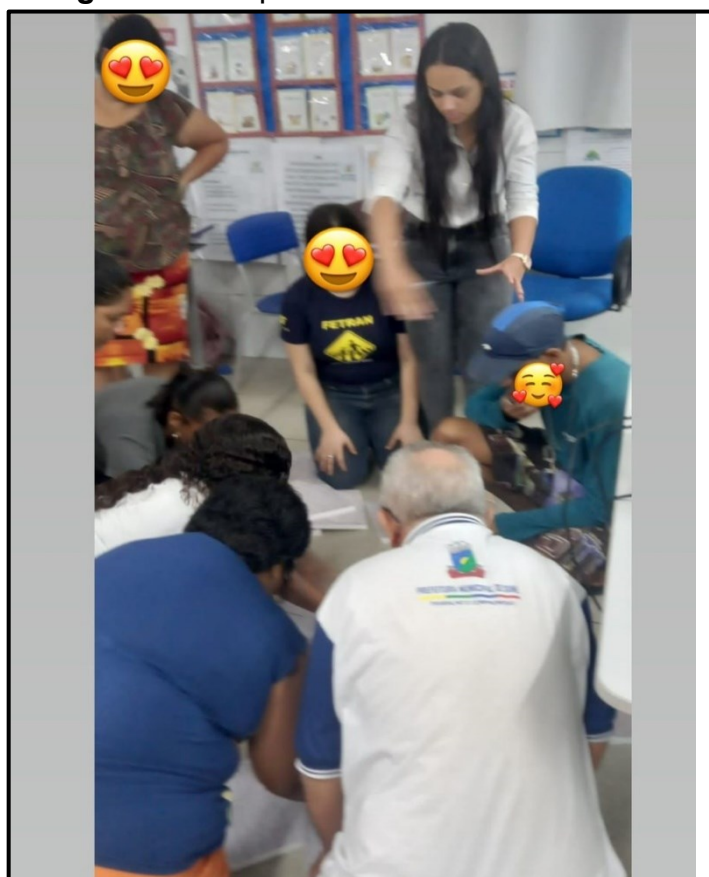
Esta aula foi realizada com a turma do 8° e 9° ano da EJA, no turno da noite. A turma é composta por quinze educandos, mas, no dia da intervenção, apenas dez estiveram presentes. Atualmente, os educandos residem na zona urbana, mas uma parte da turma já viveu na zona rural e são filhos de camponeses.

Iniciamos a aula fazendo uma pergunta aos alunos, se eles sabiam o que era latifúndio. A princípio, eles estavam um pouco apreensivos, mas, após restabelecermos o contato inicial, conseguimos incentivá-los a participarem e

interagirem. Ao longo da aula, fomos explicando e estimulando a participação dos alunos e tirando as dúvidas deles. Embora uns três educandos permanecessem em silêncio, o que não significa que eles não estavam participando, a maior parte da turma mostrou uma interação bastante positiva. Vale salientar que no início da aula pedimos para que todos prestassem atenção, pois ao final da aula teríamos uma atividade.

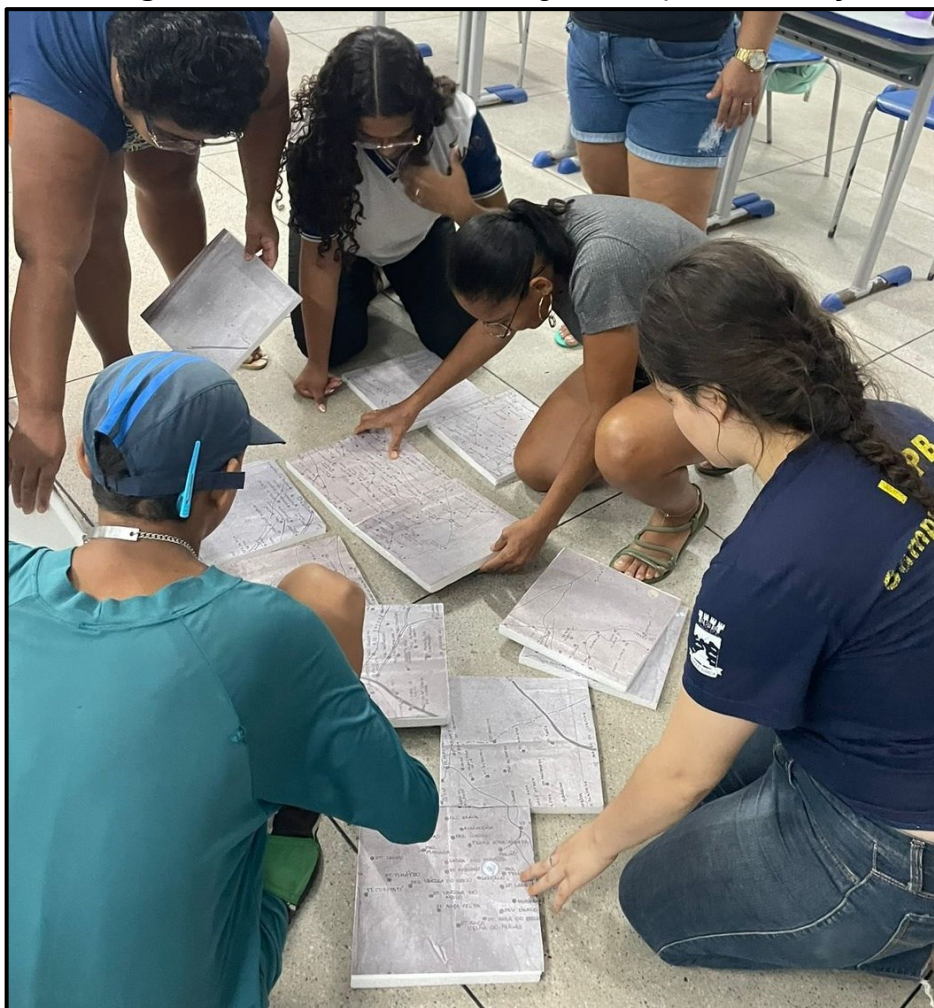
No segundo momento da aula, ao concluirmos a parte teórica, passamos para a parte prática, onde o quebra-cabeça foi utilizado como um recurso didático que contribuiu para facilitar o ensino e aprendizagem. Explicamos aos educandos que eles deveriam montar o quebra-cabeça e, em seguida, procurar os nomes das grandes fazendas do município de Sumé-PB, circulando os nomes que encontrassem. A tarefa foi dividida para que cada aluno pudesse identificar um latifúndio.

Imagem 15 – Explicando como seria a atividade



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 16 – Iniciando a montagem do quebra-cabeça



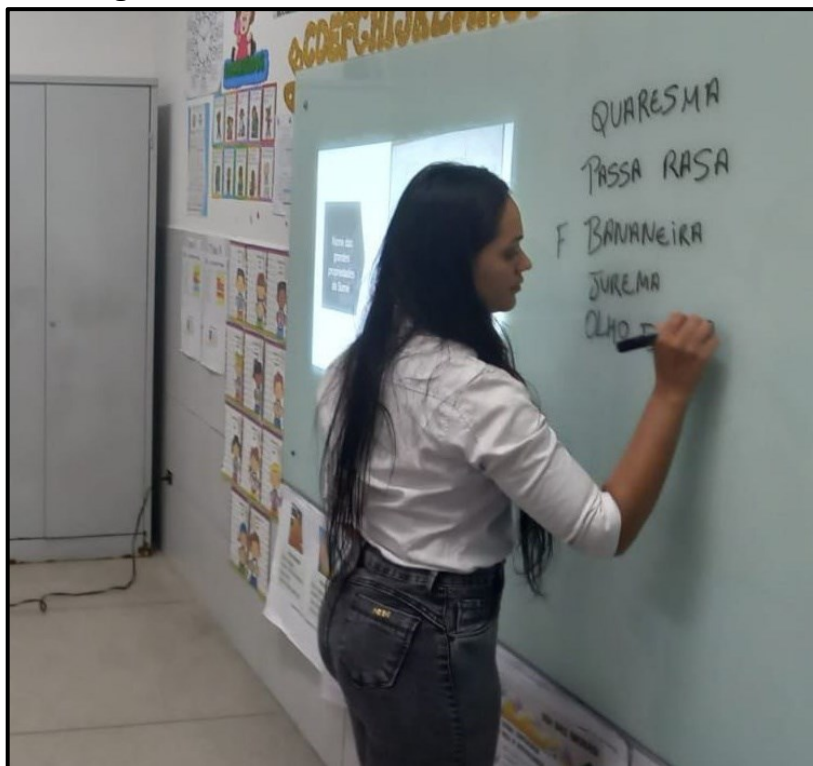
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 17 – Procurando os nomes das fazendas



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 18 – Escrevendo os nomes das fazendas



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 19 – Quebra-cabeça finalizado



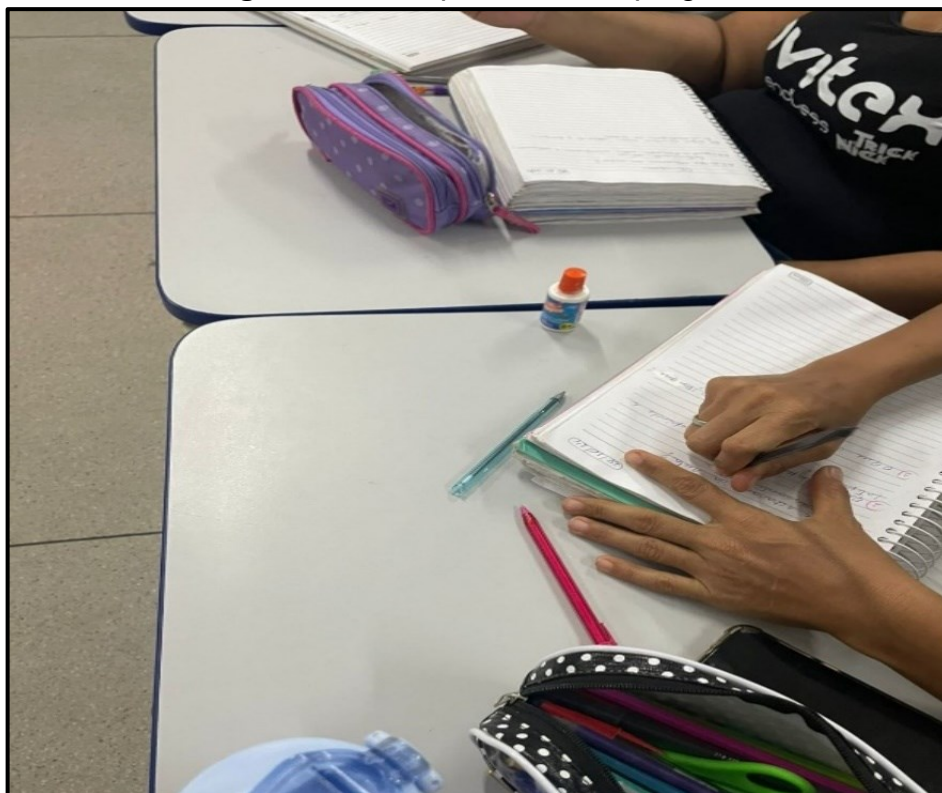
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O terceiro momento foi elaborado um bloco com quatro perguntas para os educandos. Isso nos permitiu avaliarmos o processo de aprendizagem dele considerando tanto a aula teórica quanto a utilidade do recurso didático utilizado. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 12 – Acompanhamento da Aprendizagem

Alunos	O que acharam da aula?	Qual a diferença entre minifúndio e latifúndio?
Aluno "A"	Boa	Latifúndio = grandes propriedades rurais Minifúndio= pequenas propriedades rurais
Aluno "B"	Interessante, ótima	Minifúndio pequenos terrenos abaixo de 5 hectares. Latifúndio grandes propriedades acima de 200 hectares
Aluno "C"	Tudo, as imagens das fazendas.	Minifúndio- terra pequena Latifúndio= Terra grande.
Aluno "D"	Gostei muito, bem explicada.	Latifúndio é terra grande que fica concentrada na mão de apenas uma pessoa. Minifúndio é um pedaço de terra pequena.
Alunos	O que chamou mais atenção na aula? Por quê?	Você acha que a divisão das terras na nossa região é correta?
Aluno "A"	Ter muitas terras sem uso, e muitas pessoas querendo um lugar pra chamar de seu.	Eu acho que não é justo uns ter tanto e outros ter tão pouco para mim eu acho que não custa nada dividir um pedaço de terra para os mais necessitados.
Aluno "B"	A montagem do mapa, porque assim eu vie coisas que não sabia...	Não. Porque há muita injustiça, e a mesma coisa do latifúndio e do minifúndio, uns tem mais e outros tem menos como sempre.
Aluno "C"	O quebra-cabeça	Não, porque muitos tem muitas terras, e não que contribuir com o povo, para os quer realmente trabalhar.
Aluno "D"	Tudo principalmente a desigualdade de terra que ainda é muito grande.	Não, porque muitos quer trabalhar e não tem terra e os que tem terra não trabalha.
Aluno	O que você achou da utilização do quebra-cabeça na aula?	-
Aluno "A"	Eu achei maravilhoso aprendi bastante, mim ajudou em coisas que eu ne imaginava fiquei satisfeita e encantada com tantas coisas que eu não conhecia passei a conhecer agora obrigada gratidão e a palavra...	-
Aluno "B"	Bom, gostei.	-
Aluno "C"	Eu gostei, foi divertido procurar os nomes das fazendas.	-
Aluno "D"	Gostei muito bom	-

Fonte: Quadro elabora pela autora do texto.

Imagem 20 – Respondendo às perguntas

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

É relevante mencionarmos que os alunos tiveram a liberdade de escolherem entre responder no caderno ou oralmente. Quatro alunos decidiram escrever suas respostas no caderno, enquanto os demais optaram por responderem de forma oral. Vale destacar que foram utilizadas três aulas seguidas, de 45 minutos cada, para realização da intervenção.

As perguntas tiveram como objetivo coletar informações sobre o conhecimento dos educandos em relação ao tema abordado e acompanhar seu processo de aprendizagem. Assim, foi possível percebermos claramente o nível de conhecimento dos alunos.

Conforme mencionado anteriormente, três alunos permaneceram em silêncio durante toda a aula. No entanto, no momento da montagem do quebra-cabeça, todos participaram ativamente e os que estavam mais calados foram os que mais se dedicaram a montar e, em seguida, a procurarem os nomes das fazendas.

Contamos com a participação do aluno surdo, que por meio da intérprete de Libras, relatou que considerou a aula muito importante. Ele destacou que é importante as pessoas possuírem seu próprio pedaço de terra. Além disso, expressou não entender por que algumas pessoas possuem tantas terras enquanto muitos não têm

nada. Ou seja, ele considera uma injustiça a desigual distribuição de terras no país e na região.

Ao final da conversa, um aluno expressou sua opinião de que é injusto que muitos tenham terras enquanto poucos não possuem nada. No entanto, ele também refletiu e ressaltou que aqueles que têm terras o fizeram por meio de muito trabalho e esforço. Por fim, ele disse que, se as terras estão improdutivas, seria realmente adequado doá-las para aqueles que não tem nenhuma.

Diante das respostas dos alunos pudemos perceber que o quebra-cabeça foi um recurso extremamente valioso para a contextualização, pois estabelecemos uma conexão entre o conteúdo e aspectos da realidade dos educandos e fizeram refletir sobre a má distribuição de terras. De forma geral, podemos notar que os educandos conseguiram entender o tema abordado nesta pesquisa de maneira interativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a formação e evolução da *questão agrária* no município de Sumé, Paraíba, abordando desde o período colonial até os dias atuais. O estudo demonstrou que a estrutura fundiária da região foi moldada por processos históricos de concentração de terras, iniciados com a concessão de *sesmarias* no século XVIII e perpetuados ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, chegando a influenciar a realidade contemporânea.

Os dados apresentados, baseados em Censos Agropecuários e no Sistema Nacional de Cadastro Rural, revelaram que a propriedade da terra em Sumé continua profundamente marcada pela desigualdade. A maior parte das terras pertence a poucos grandes proprietários, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais enfrentam dificuldades para acessar ou garantir a *posse* de um pedaço de terra. Essa concentração fundiária reflete as contradições do sistema agrário brasileiro, que privilegia grandes propriedades, muitas vezes improdutivas, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar e do acesso democrático à terra.

Além disso, o trabalho evidenciou os conflitos agrários como uma constante na história do município. Movimentos camponeses têm desempenhado um papel importante na luta por direitos e redistribuição de terras, como exemplificado pela resistência do Acampamento Paulo Freire. No entanto, essas lutas enfrentam obstáculos significativos, como ameaças, violência e ações de repressão por parte de interesses ligados ao latifúndio.

As análises demonstram que, embora iniciativas de Reforma Agrária tenham sido implementadas, como os assentamentos geridos pelo INCRA, elas ainda são insuficientes para atender à demanda por justiça social e redistribuição fundiária na região. Isso reforça a necessidade de políticas públicas revolucionárias mais abrangentes e inclusivas, que considerem as realidades locais e promovam a revolução agrária em nosso país.

Portanto, é imprescindível que a *questão agrária* em Sumé seja abordada de forma estruturada, envolvendo governos, movimentos sociais e a sociedade civil na construção de soluções que combatam as desigualdades históricas e promovam um uso mais justo e produtivo das terras. A continuidade de estudos como este é fundamental para ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas agrárias locais e

fortalecer as lutas por reforma agrária, inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável.

O estudo aponta a permanência de desigualdades fundiárias e de um sistema agrário concentrado nas mãos de poucos em Sumé, reflexo do histórico nacional. A luta pela Reforma Agrária e por justiça social continua sendo uma questão central para o desenvolvimento rural na região.

O trabalho é uma análise detalhada e fundamentada, utilizando dados históricos, censos e documentos jurídicos para compreender a dinâmica agrária de Sumé. Ele evidencia os desafios estruturais da concentração fundiária no Brasil e suas consequências para as comunidades locais.

Sendo assim, na base deste pensamento buscamos na elaboração de recurso didáticos, como quebra-cabeça, a possibilidade de transportá-los para o campo de ensino e da aprendizagem. Assim, criamos condições e valores que fortalecem esse diálogo na construção do conhecimento de forma lúdica e prazerosa. Podemos observar o interesse dos educandos pela disciplina e pela aprendizagem, sendo possível perceber sua empolgação durante as atividades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lourielson da Mota. **O poder latifúndio no município de Sumé-PB: A cantoria de viola (repente) como forma de resistência camponesa.** Lourielson da Mota Alves. Sumé-PB [s.n], 2019.
- BRASIL. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, 2019.
- BRASIL. Censo Agropecuário, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, p.17-182017
- BRASIL. Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964. Senado Federal, 1964.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Agropecuário, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE Censo Agropecuário de 1920. Rio de Janeiro: IBGE,1920.
- BRASIL. Instrução Especial de colonização 20 de 1980, do INCRA,
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico, 2022. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 1960. Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 1970. Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 1975. Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- DUARTE JÚNIOR, Leovigildo. **Sesmeiros e posseiros na formação histórica e econômica da Capitania de São Vicente, depois chamada São Paulo: das suas origens ao século XVIII.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário.** 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1994.
<https://eap.bl.uk/>
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.
- GUIMARÃES, Rosiane Correa; ROSA, Odelfa. Ensinando geografia de forma lúdica através do mapa em quebra-cabeça. **Caminhos de geografia**, v. 15, n. 49, p. 70-79, 2014.

NASCIMENTO, Tomires Costa e Silva. **A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé – PB**: uma discussão com o ensino de Sociologia. 2020. 308f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/16728>

MARX, K. Grundisse. **Manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. eBook Kindle. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, Rosicreide Soares. **Produção e experimentação do jogo "Quebra-cabeça do Espaço Geográfico do Semiárido" como recurso didático no contexto escolar**. TCC de Conclusão de Curso da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande. Sumé, 2019

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. Campinas: Editora Ática, 2004.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. "A conquista do Sertão paraibano". In: **A paraíba nos 500 anos do Brasil**. Anais do ciclo de debates do IHGP. João Pessoa – Paraíba, 2000.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. A conquista e povoamento do sertão da Paraíba. In: **Almanaque da Paraíba**. João Pessoa: Almanaque da Paraíba, Ltda, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUSA, Clemente Amorim Souza. Relatório hidrográfico do Cariri de Fora da Capitania da Parahyba do Norte. In: MEDEIROS, Tarcísio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Gráfica Editora Camargo Soares Ltda, 1990.

SOUZA, Salete Eduardo. **O uso de Recursos didáticos no ensino escolar**. Arq Mudi;11(Supl.2):110-4. Maringá PR. 2007.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**. (Edição Fac-similar). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

Sites

<https://www.sume.pb.gov.br/historia/#:~:text=Em%201762%2C%20as%20terras%20onde%20hoje%20est%C3%A1%20a, Tom%C3%A9%20ficando%20conhecida%20com%20o%20nome%20do%20riacho>

[UMEIEF MARIA LEITE RAFAEL em Sumé - PB
admin.+23159-97906-1-ED+-+Artigo+06 \(1\).pdf](#)

Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964).

ANEXOS

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ (MÓDULO FISCAL)

Minifúndio (inferior a 55 ha)

	Denominação	Titular	Área Total
01	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Antônio Batista do Nascimento	0
02	Sítio Pelele	Geraldo Alves Costa	0
03	Sítio Pelele	Maria Antônia da Conceição	0
04	Sítio Pelele	Abel Enéas da Costa	0
05	Sítio Salgadinho	Paulo Alves Siqueira	0
06	Sítio Caxingó	Francisco Bezerra Cavalcante	0
07	Sítio Amparo	José Severino da Silva	0
08	Sítio Amaro	José Batista Sobrinho	0
09	Sítio Carnaúba	Antônio Félix da Silva	0
10	Sítio Olho D'água do Padre	João Francisco da Silva	0
11	Sítio Várzea	Olímpio Leu de Lima	0
12	Sítio Vertente	Heleno Clemente de Sousa	0
13	Sítio Olho D'água do Padre	Cosmo Divino Ferreira	0
14	Fazenda Amparo	Waldeci Nunes Machado	0
15	Sítio Malhada da Pedra	Antônio Palmeira de Souza	0
16	Sítio Olho D'água do Padre	José Fernandes de Oliveira	0
17	Sítio Pedra da Bola	Pedro Francisco da Silva	0
18	Sítio Maracajá	Maria Batista da Silva	0
19	Sítio Várzea	João Cardoso de Lima	0
20	Sítio Abertas	Pedro Alves Neto	0
21	Sítio Olho D'água Branco	Everaldo Alves de Sousa	0
22	Sítio Jatobá	Cícero Francisco Morato	0
23	Sítio da Bananeira	José Soares da Silva	0
24	Sítio Olho D'água do Padre	José Luiz de Araújo	0
25	Sítio Pau D'arco	José Francisco de Arruda	0
26	Sítio Poço Escuro	Francisco José do Nascimento	0
27	Sítio Riacho do Curtume	Severino Maciel da Fonseca	0
28	Sítio Mandacaru	Inácio Brito de Queiroz	0
29	Sítio Pedra da Bola	Maria da Silva Souza	0
30	Sítio Carnaubinha	Antônio Elias da Silva	0
31	Sítio Lagoa do Mosquito	Elvira Amara Dias da Silva	0,002
32	Sítio Angico Torto	Maria Alzira de Sales	1
33	Sítio Pau D'arco	Quitéria Clotilde da Silva	1
34	Sítio Pau D'arco	Maria de Lourdes Freitas	1
35	Sítio Riachão	Antônio Lourenço da Silva	1,5
36	Sítio Olho D'água do Padre	Eugênio José de Almeida	1,5
37	Sítio Riachão	José Cândido de Oliveira	1,936
38	Sítio Fortaleza	José Geneci Bezerra	2
39	Sítio Riachão	José Salvino Marinho	2
40	Sítio Jurema	João Martins da Silva	2

41	Sítio Açudinho	Cícera Maria da Conceição	2
42	Sítio Angico Torto	Antônio Ribeiro Leite	2
43	Sítio Salgadinho	Lourival Francisco Morato	2
44	Sítio Conceição	Francisco Argemiro de Sousa	2
45	Sítio Olho D'água do Padre	Miguel Luiz Araújo	2
46	Sítio Lagoa da Jurema	Josino Xavier de Souza	2
47	Sítio Cinco Vacas	Cícero Soares Sobrinho	2
48	Sítio Jatobá	Maria Alice Ferreira	2
49	Sítio Riacho do Curupaety	Ivonete Bezerra de Miranda	2
50	Sítio Curupaety	Marizete Bezerra de Souza	2
51	Sítio Curupaety	Aluísio Bezerra de Souza	2
52	Sítio Poço da Pedra	Maria de Lourdes Ferreira	2
53	Sítio Conceição	Marcos Altieri Araújo de Melo	2,1244
54	Sítio Pau Ferro	Virgulino de Lira Neto	2,5
55	Sítio Banquinho	Jacinto Murilo de Freitas Barros	2,5
56	Sítio Riachão	João Bosco Alves Torres	3
57	Sítio Várzea da Roça	Antônio Batista Gomes	3
58	Sítio Riacho das Porteiras	José Rodrigues de Lima	3
59	Sítio Maracajá	Severino Clementino Leite	3
60	Sítio Amparo	Lourival Francisco Morato	3
61	Sítio Oiti	Maria da Conceição dos Santos Oliveira	3
62	Sítio Jurema	Maria de Lourdes de A. Farias	3
63	Sítio Riacho das Porteiras	Ana Isabel de Melo	3
64	Sítio Retiro	Luiz Flor da Silva	3
65	Sítio Cinco Vacas	José Soares Sobrinho	3
66	Sítio Olho D'água Branco	Severino Lourenço da Silva	3
67	Sítio Curupaety	Paulo Bezerra de Queiroz	3
68	Sítio Curupaety	Edmilson Bezerra da Silva	3
69	Sítio Terra Vermelha	Beatriz Ana da Conceição	3
70	Sítio Riachão	Antônia Jeronimo Diniz Souza	3
71	Sítio Cabeça Branca	Vilma de Fátima Silva dos Santos	3
72	Sítio Craibeiras	Tadeu de Oliveira Araújo	4
73	Sítio Caititú	Angelina Domingos Cordeiro	4
74	Sítio Caititú	Onofre Ramos de Moraes	4
75	Sítio Riacho das Porteiras	José Robério Alves	4
76	Sítio Tigre	João Batista do Nascimento	4
77	Sítio Amaro	Severino Chaves de Oliveira	4
78	Sítio Olho D'água Branco	Francisco Fernando Rodrigues	4
79	Sítio Salgadinho	Paulo Francisco do Nascimento	4
80	Sítio Pau D'arco	Amara Maria Ferreira	4
81	Sítio Salgadinho	Maria Iria Lima	4
82	Sítio Santa Rosa	Maria Eunice de Lima Silva	4
83	Sítio Santa Rosa	Maria do Carmo	4
84	Sítio Cinco Vacas	Manoel Soares Nogueira	4
85	Sítio Cachoeirinha	Fernando Clemente da Silva	4
86	Sítio Pelele	Maria de Lourdes Lima	4
87	Sítio Caititú	Maria da Conceição do Nascimento	4
88	Sítio Cinco Vacas	Eulina Soares da Silva	4

89	Sítio Tigre	Floriza Gonçalves Pequeno	4
90	Sítio Lagoa da Cruz	Denilza Alves de Freitas	4
91	Sítio Várzea da Roça	Inácio Braz de Macedo Filho	4
92	Sítio Tigre	Eronides Ferreira de Sousa	4
93	Sítio Banquinho	Pedro José da Silva	4
94	Sítio Barra da Corda	Hermano Marden Fernandes Firmo	4
95	Sítio da Bananeira	Eduardo Soares da Silva	4
96	Sítio Craibeiras	José Nilo de França	4
97	Sítio Pinhões	Prefeitura Municipal de Sumé	4
98	Sítio Santa Terezinha	José Aparecido Galdino	4
99	Sítio Serra do Santo	Antônio Vital Duarte	4
100	Sítio Terra Vermelha	Manoel Braz de Melo	4
101	Sítio Pinhões	Carlos Antônio Pereira	4
102	Sítio Craibeiras	Avani de Oliveira Araújo	4
103	Sítio Terra Vermelha	José Fernando Lima Diniz	4
104	Sítio Angico Torto	Maria de Lourdes Barbosa Leite	4
105	Sítio Conceição de Cima	Cícero Severo de Macedo	4,2
106	Sítio Olho D'água Branco	Antônio Antonino Araújo Lima	4,5
107	Sítio Olho D'água Branco	Amaro Palmeira de Lima	4,5
108	Sítio Olho D'água Branco	Aristides Correia Lima	4,5
109	Sítio Cinco Vacas	Rita Maria da Conceição da Silva	4,5
110	Sítio Riachão	Vanildo de Souza Braz	4,5
111	Sítio Banquinho	Severino José de Oliveira	5
112	Sítio Pelele	José Alves da Costa	5
113	Sítio Olho D'água do Padre	José Manso Sobrinho	5
114	Sítio Poço do Boi	Renovato Francisco de Araújo	5
115	Sítio Serrote Comprido	Severina Avelino da Silva	5
116	Sítio Riachão	Augusto Jorge Neto	5
117	Sítio Riacho da Roça	Inácio de Souza Melo	5
118	Sítio Poço da Pedra	Severino Batista da Silva	5
119	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Antônio José da Silva	5
120	Sítio Pedra da Bola	Eunice Ferreira de Lima	5
121	Sítio Pau D'arco	Cândido Hermino de Freitas	5
122	Sítio Olho D'água do Padre	Vicente Fernandes de Oliveira	5
123	Sítio Riachão	Joel Viana de Queiroz	5
124	Sítio Ingá	Gilma Aparecida de Souza Barros	5
125	Sítio Ingá	José Valter Andrade Feitoza	5
126	Sítio Lagoa da Cruz	Edvandro Batista de Freitas	5
127	Sítio Ingá	João Batista Gomes	5
128	Sítio Riacho do Curtume	Severino Fernandes de Gouveia	5
129	Sítio Oriente	Paulo Antônio Farias Lucena	5
130	Sítio Oriente	Marli Simões Leite	5
131	Sítio Monte Alegre	Fausto Henriques de Lima	5
132	Sítio Campo Alegre	Nemézio Odom de Souza	5
133	Sítio Pau D'arco	João Caetano de Araújo	5
134	Sítio Cinco Vacas	João Soares Filho	5,5
135	Sítio Angico Torto	Maria do Socorro Pires de Sousa	5,5

136	Sítio Conceição	Paulina Alves de Melo	5,5
137	Sítio Mata-pasto e Macambira	Maria do Socorro Souza Simião	5,5
138	Sítio Mata-pasto e Macambira	Armindo Izaías de Souza	5,5
139	Sítio Riacho das Porteiras	Marcelo Ângelo da Silva Oliveira	5,64
140	Sítio Angico Torto	Alfredo Ribeiro Leite	6
141	Sítio Pedra da Bola	José Macena dos Anjos Filho	6
142	Sítio Mata-pasto	Iraci Madalena de Souza	6
143	Sítio Riacho da Roça	Venício Rodrigues de Souza	6
144	Sítio Mandacaru	Francisca Tereza de Brito	6
145	Sítio Cachoeirinha	Cícero Amaro da Silva	6
146	Sítio Mandacaru	Francisco de Assis Ramos	6
147	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Maria Dasdores Siqueira	6
148	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Manoel José de Siqueira	6
149	Sítio Junco	Edison de Oliveira Ramos	6
150	Sítio Olho D'água Branco	Augusta Maria Barbosa	6
151	Sítio Várzea de Roça	Sebastião Batista de Santana	6
152	Sítio Pelele	Creuza Maria Bezerra	6
153	Sítio Várzea de Roça	Sebastião Batista de Santana	6
154	Lote 42	Aroldo Barros de Sousa	6
155	Sítio Curupaety	Teonila Bezerra de Miranda	6
156	Sítio Banquinho	Francisco de Macedo Duarte	6
157	Sítio Poço Escuro	Djanira Daniel Correia	6
158	Sítio Olho D'água Branco	Sebastião Simões Araújo Neto	6
159	Sítio Vitória	Jorge Lopes	6
160	Sítio Olho D'água Branco	Marina Stela de Araújo	6
161	Sítio Riachão	Manoel Batista Gonçalves	6
162	Sítio Agreste	Oswaldo da Silva	6,5
163	Sítio Pau D'arco	João Miguel da Silva	6,5447
164	Sítio Ingá	Everaldo Marinho de Oliveira	6,7
165	Sítio Olho D'água do Padre	Tertulina Cecília da Conceição	7
166	Sítio Poço da Pedra	José Mariano Bernadino	7
167	Sítio Riacho das Porteiras	Maria Madalena da Conceição	7
168	Sítio Salgadinho	Inácio Pereira de Vasconcelos	7
169	Sítio Cinco Vacas	Manuel Soares da Silva	7
170	Sítio Cachoeirinha	Manoel Soares Sobrinho	7
171	Sítio Salgadinho	Inácio Alves de Siqueira	7
172	Sítio Olho D'água do Padre	Severino Manoel da Silva	7
173	Sítio Serrote Comprido	Antônia Ferreira da Silva	7
174	Sítio Maracajá	Severino Clementino Leite	7
175	Sítio Olho D'água dos Caboclos	José Moura Sobrinho	7
176	Sítio Serrote Comprido	José de Arimatéia de Andrade Silva	7
177	Sítio Serrote Verde	Maria José de Abreu Batista	7,5
178	Sítio Mandacaru	Geraldo Evangelista da Silva	7,5
179	Sítio Mandacaru	Josefa Evangelista da Silva	7,5

180	Sítio Poço do Boi	Jacinto Francisco Maciel	7,5
181	Sítio Craibeiras	Tarciso de Oliveira Araújo	7,5
182	Sítio Poço do Boi	Antônio Barbosa Lera	7,5
183	Sítio Serrote Verde	José Ivanildo Benedito Mota	7,5
184	Sítio Pedra Comprida	Rosália Xavier da Silva	8
185	Sítio Riacho da Roça	João Batista Ribeiro	8
186	Sítio Amaro	Severina Maria da Silva	8
187	Sítio Olho D'água Branco	Manuel Justino dos Santos	8
188	Sítio Cajueiro dos Guedes	Maria do Carmo Siqueira Maciel	8
189	Sítio Amaro	Paulo Francisco Maciel	8
190	Sítio Jatobá	Paulo Francisco Maciel	8
191	Sítio Santo Agostinho	Antônio Severino da Silva	8
192	Sítio Olho D'água do Padre	Manoel Laurindo Lira	8
193	Sítio Caiçara	Luiz Rumão Batista	8
194	Sítio Caiçara	Bento Alves da Costa	8
195	Sítio Mata-pasto	Maria Aparecida Xavier de Sousa	8
196	Sítio Mata-pasto	Inez Xavier Sobrinha	8
197	Sítio Pedra Comprida	Maria das Graças Xavier de Araújo	8
198	Sítio Oriente	Marcos Antônio Barros de Amorim	8
199	Não Informado	Damiana de Fátima Xavier	8
200	Sítio Riacho do Curtume	Jerry Adriane Fernandes de Gouveia	8
201	Sítio Riacho da Roça	Lourival Francisco de Oliveira	8
202	Sítio Caiçara	Bento Alves da Costa	8
203	Sítio Terra Vermelha	João Bosco Diniz	8
204	Sítio Conceição	Maria do Socorro Souza	8
205	Sítio Laginha	Manoel Batista	8,3
206	Sítio Shalon	Paulo Roberto Melo Silva	8,5
207	Sítio Agreste	Aloizio Izaías de Sousa	8,5
208	Sítio Terra Vermelha	Maria de Lourdes Lima	9
209	Sítio Olho D'água	Maria de Lourdes de Araújo Sousa	9
210	Sítio Jacu	Paulo Fernando Pereira da Silva	9
211	Sítio Olho D'água Branco	Aristides Correia Lima	9
212	Sítio Chorão	Creuda Regina Diniz	9
213	Sítio Olho D'água do Padre	Fernandes Francisco Lopes	9
214	Sítio Volta do Rio	Joana Maria Barbosa	9
215	Sítio Volta do Rio	Severino Barbosa Ribeiro	9
216	Sítio Curupacty	Terezinha Bezerra de Melo	9
217	Sítio Ingá e Logradouro	Joel Florêncio de Oliveira	9
218	Sítio Terra Vermelha	José Alves Leite	9
219	Sítio Jacu	José Miranda Filho	9
220	Sítio Olho D'água Branco	Aristides Correia Lima	9
221	Sítio Olho D'água Branco	Antônio Antonino Araújo Lima	9
222	Sítio Pedra Comprida	Leomar Rodrigues da Silva	9
223	Sítio Terra Vermelha	José Alves Leite	9
224	Sítio Riacho da Roça	José de Souza Rolim	9
225	Sítio Serra dos Tanques	Helenilson Ferreira da Silva	9,1068
226	Sítio Macambira	José Edmilson dos Santos Sousa	9,23
227	Sítio Várzea de Roça	Inácio Batista de Santana	10

228	Sítio Malhada da Pedra	Manoel Aleixo da Silva	10
229	Sítio Fortaleza	José Torres Mayer	10
230	Sítio Craibeiras	Maria do Socorro Marinho dos Santos	10
231	Sítio Maracajá	João Belinho	10
232	Sítio Angico Torto	Otávio de Souza Rolim	10
233	Sítio Riacho das Porteiras	Antônio Veríssimo da Silva	10
234	Sítio Ingá	Agostinho Florêncio da Silva	10
235	Sítio Várzea da Roça	Sebastiana Clemente de Santana	10
236	Sítio Riacho das Porteiras	Cícero Matias da Silva	10
237	Sítio Campo Alegre	João Francisco de Melo Filho	10
238	Sítio Terra Vermelha	Luiz Izidro Pequeno	10
239	Sítio Angico Torto	Marino Alcântara	10
240	Sítio Jatobá	Minervina Serafim Luiz	10
241	Sítio Angico Torto	Alfredo Ribeiro Leite	10
242	Sítio Chorão	Hélio Barboza Lêla	10
243	Sítio Riacho do Cariri	Manoel Soares	10
244	Sítio Poço Escuro	Ivonete Simões de Souza	10
245	Sítio Riacho do Curupaety	Pedro Bezerra de Miranda	10
246	Sítio Riacho do Curupaety	Antônia Bezerra de Miranda	10
247	Sítio Riacho do Curupaety	Nelson Bezerra de Miranda	10
248	Sítio Curupaety	Teona Bezerra de Miranda	10
249	Sítio Curupaety	Etelvina Bezerra Leite	10
250	Sítio Olho D'água do Padre	Geraldino Bispo Cordeiro	10
251	Sítio Carnaúba de Cima	José Feitosa Filho	10
252	Sítio Cantinho	Inácio Batista de Souza	10
253	Sítio Olho D'água	José Carlos Pereira Flor	10
254	Sítio Oriente	Edival Gomes Correia	10
255	Sítio Terra Vermelha	Oliveiros Divino Ferreira	10
256	Sítio Oiti	José Araújo	10,5
257	Sítio Serrote Verde	Manoel Batista Gonçalves	10,5
258	Sítio Terra Vermelha	Jaudevânio César Ribeiro	10,5
259	Sítio Serrote Verde	Solange de Fátima Vieira do Nascimento	10,5
260	Sítio Carnaúba de Cima	Manoel Messias Franca	10,6181
261	Sítio Amaro	Antônio Francisco Maciel	11
262	Sítio Catonho	Maria Geneci da Silva	11
263	Sítio Riacho do Cariri	Arlinda Severina dos Santos Nascimento	11
264	Sítio Salgadinho	Luiz Batista da Silva	11
265	Sítio Barriguda	Maria Eulâmpia de Macedo	11
266	Sítio Caiçara	Maria Socorro de Araújo	11
267	Sítio Pau D'arco	João Divino Sobrinho	11
268	Sítio Caiçara	José Dacilio Silva Araújo	11
269	Sítio Serrote Verde	Arlindo Gonçalves Filho	11
270	Fazenda Caiçara - Sítio Saco dos Cocos	Edival Soares da Silva	11
271	Sítio Várzea da Roça	Elias Francisco Santiago	11,6
272	Sítio Macambira	Maria Helena dos Santos Sousa	11,73
273	Sítio Olho D'água do Padre	Rufina Sousa Maracajá	12
274	Sítio Olho D'água do Padre	José Amâncio Sousa Maracajá	12

275	Sítio Gregório	José de Anchieta Leite Maciel	12
276	Sítio Cachoeirinha	Bonavito Bezerra da Silva	12
277	Sítio Caititú	Severino Josias de Cordeiro	12
278	Sítio Olho D'água do Padre	Josefa Inácia de Lima e outros	12
279	Sítio Conceição	Manoel Honorato Feitoza	12
280	Sítio Terra Vermelha	Antônio Alves de Melo	12
281	Sítio Angico Torto	João José de Melo	12
282	Sítio Olho D'água Branco	José Palmeira de Lima	12
283	Sítio Riacho do Cariri	Maria Enéas Costa Germano	12
284	Sítio Riacho do Cariri	Raimundo Alcindo de Lima e outros	12
285	Sítio Maracajá	José Pedro da Silva	12
286	Sítio Conceição	Manoel Flor	12
287	Sítio Volta do Rio	Severino Barbosa Ribeiro	12
288	Sítio Juá I	José Ribeiro Leite	12
289	Sítio Pedra D'água	Gutemberg Paulo Alves	12
290	Sítio Olho D'água do Padre	Paulo Sérgio Bezerra Cabral	12
291	Sítio Barriguda	Cícero Severo de Macedo	12
292	Sítio Riacho da Roça	Luiza Batista de Sousa	12
293	Sítio Terra Vermelha	João Batista Ribeiro	12
294	Sítio Caiçara	Severino Estendislau de Araújo	12
295	Sítio Riachão	João Bosco Pereira	12
296	Sítio Serrote Verde	Carlindo Batista Gonçalves	12
297	Sítio Jatobá	Elizeu Gomes da Silva	12,5
298	Sítio Riacho das Porteiras	Silvio Rodrigues de Lima	12,5
299	Sítio Caiçara	Maria Lúcia de Lima Maciel	12,5
300	Sítio Riacho das Porteiras	Antônio Alves de Melo	12,5
301	Sítio Poço Escuro	Ivanildo Simões do Nascimento	12,5
302	Sítio Lagoa do Meio	Josuel Francisco Ribeiro	13
303	Sítio Olho D'água Branco	José Pereira Barbosa	13
304	Sítio Mandacaru	Maurício Pereira Braz	13
305	Sítio Amaro	José Givanildo dos Santos	13
306	Sítio Chorão	Hélio Sousa Santos	13
307	Sítio Olho D'água Branco	Severino Palmeira Lika	13
308	Sítio Umbuzeiro Cavado	Olímpio Leu de Lima	13
309	Sítio Riacho da Roça	Antério de Sousa Silva	13
310	Sítio Salgadinho	Luiz Batista da Silva	13
311	Sítio Pau D'arco	Severino Divino Ferreira	13
312	Sítio Cutae	Lúcio Duarte de Souza	13
313	Sítio Beira do Rio	João Lucena de Souza	13,2
314	Sítio Poço Escuro	José Edilson Maciel	13,5
315	Sítio Maracajá	Maria Francisca de Macedo Gonçalves	14
316	Sítio Caroá	Irenilda de Santana Barros	14
317	Sítio Amaro	Severino Pereira de Carvalho	14
318	Sítio Malhada da Conceição	Maria Eulâmpia de Macedo	14
319	Sítio Chorão	José de Assis Menezes	14
320	Sítio Pelele	Edgar Cazuza da Silva	14
321	Sítio Catonho	Francisco Felipe Lopes	14
322	Sítio Poço Escuro	Maria Francisca da Silva	14

323	Sítio Genuíno	José Ferreira de Brito	14
324	Sítio Paraíso	Severina Amara da Conceição Nunes	14
325	Sítio Poço Escuro	Antônio Marcos Simões	14,387
326	Sítio Riacho do Caroá I	Júlia Izabel Campos Lucas	14,52
327	Sítio Lagoa do Meio	Silvio Israel de Araújo	15
328	Sítio Lagoa do Meio	Cícero Israel Francisco	15
329	Sítio Lagoa do Meio	Luiz Pereira de Carvalho	15
330	Sítio Pedra Comprida	Miguel Xavier de Araújo	15
331	Sítio Jacu	Inácio Batista de Santana	15
332	Sítio Conceição	Maria Magalhães da Silva	15
333	Sítio Santa Rosa	Amaro Soares de Macena	15
334	Sítio Olho D'água Branco	Luiz Palmeira de Lima	15
335	Sítio Pelele	Luiz Sebastião de Souza	15
336	Sítio Santa Rosa	Antônio Soares de Macena	15
337	Sítio Conceição	Eurli Palmeira de Sousa	15
338	Sítio Amaro	Minervina Serafim Luiz	15
339	Sítio Salgadinho	Sabina Batista da Silva	15
340	Sítio Riacho do Cariri	José João da Silva	15
341	Sítio Impoeira do Poço	Joaquim Libânio Feitosa	15
342	Sítio Pau D'arco	Bartolomeu Divino Ferreira	15
343	Sítio Pau D'arco	Ana Josefa da Conceição	15
344	Sítio Poço do Boi	Gilberto Alves Maciel	15
345	Sítio Angico Torto	José Genivaldo Galdino da Silva	15
346	Sítio Frei Damião II	João Vieira de Melo Neto	15,1021
347	Sítio Frei Damião II	Augusto Francisco da Silva Neto	15,1021
348	Sítio Frei Damiao II	Zélia Braz Vieira da Silva Pontes	15,1021
349	Sítio Craibeiras	Boaventura de Oliveira Araújo	15,4
350	Sítio Olho D'água do Padre	Rufina Sousa Maracajá	16
351	Sítio Olho D'água do Padre	Antônio Francisco da Silva	16
352	Sítio Serrote Verde	José Paulino de Abreu	16
353	Sítio Lagoa do Meio	Francisco Pereira de Carvalho	16
354	Sítio Maracajá	Pedro Batista Filho	16
355	Sítio Poço da Pedra	Elvira Ferreira da Silva	16
356	Sítio Amaro	Nildo Caetano do Nascimento	16
357	Sítio Cinco Vacas	Oswaldo Soares Silva	16
358	Sítio Lagoa do Meio	Armando Francisco Maciel	16
359	Sítio Angico Torto	Lindalva da Costa Batista	16
360	Sítio Pau D'arco	José Caetano de Araújo	16,5
361	Sítio da Bananeira	Maria Emídia de Sousa	16,5
362	Sítio Olho D'água do Padre	José Amâncio Sousa Maracajá	17
363	Sítio Poço Escuro	Maria de Fátima Braz Nunes	17
364	Sítio Malhada da Pedra	Josefa Maria da Silva	17
365	Sítio Pau D'arco	José Devino Ferreira	17
366	Sítio Pau D'arco	João Devino Ferreira	17
367	Sítio Riacho da Roça	Edenilson Belo da Silva	17
368	Sítio Riacho da Roça	José Paulino Roque	17
369	Sítio Aroeiras	Elázio Maciel da Fonseca	17
370	Sítio Malhada da Pedra	José Bráulio Japiassú	18

371	Sítio Riacho da Roça	Moacir de Sousa	18
372	Sítio Riacho das Porteiras	José Neto Batista	18
373	Sítio Olho D'água Branco	Elizeu Xavier de Araújo	18
374	Sítio Sacada	José Antonino de Araújo	18
375	Sítio Retiro	Luiz Flor da Silva	18
376	Sítio Caititú	Zenilda Maria Ramos da Silva	18
377	Sítio Caititú	José Ferreira de Oliveira	18
378	Sítio Terra Vermelha	Eurides Lopes de Souza	18
379	Sítio Terra Vermelha	Genilda Lopes de Sousa	18
380	Sítio da Bananeira	Frutuoso Alves de Souza	18
381	Sítio Tigre	João Batista Gonçalves Prata	18
382	Sítio Amaro	José Soares de Moura	18
383	Sítio Malhada da Quixaba	Manoel José do Nascimento	18
384	Sítio Salgadinho	Deodato Inácio Severiano	18
385	Sítio Olho D'água Branco	Marinalva Stela Araújo Barbosa	18
386	Sítio Olho D'água Branco	Maria das Dores Araújo	18
387	Sítio Olho D'água Branco	João Evangelista Araújo	18
388	Sítio Olho D'água do Padre	João Ricardo Sobrinho	18
389	Sítio Malhada da Pedra	Belarmino Alves Feitosa	18
390	Sítio Macambira	Sebastião Batista de Souza	18
391	Sítio Olho D'água Branco	João Xavier de Araújo	18
392	Sítio Olho D'água Branco	José Bernardino dos Santos	18
393	Sítio da Bananeira	Francisco de Assis Maciel	18
394	Sítio Craibeiras	Antônio Carlos de Araújo	18,2
395	Sítio da Bananeira	José Jair Simões do Nascimento	18,26
396	Sítio Craibeiras	José da Paz de Sá Araújo	18,7
397	Sítio Malhada da Quixaba	Maria do Carmo Siqueira Maciel	19
398	Sítio Amaro	Severino Pereira de Carvalho	19
399	Sítio Serrote Verde	Maria do Carmo Gonçalves	19
400	Sítio Camarão	Pedro Fernandes da Mota	19
401	Sítio Olho D'água do Padre	Elieherme Ramos da Silva	19
402	Sítio Maracajá I	Maria de Fátima Batista Oliveira	19
403	Sítio Maracajá I	Olívio Alves de Oliveira	19
404	Sítio Chorão	Iraci Maria das Neves	19
405	Sítio Amparinho	Maria das Graças Pereira	19,5
406	Sítio Fortaleza	Luiz Gonzaga Bezerra	19,5
407	Sítio Olho D'água do Padre	Benjamim Ferreira Ramos	19,5
408	Sítio Serrote Verde	Solange de Fátima Vieira do Nascimento	19,8
409	Sítio Serrote Verde	Solange de Fátima Vieira do Nascimento	19,83
410	Sítio Cacimbinha	Ilselândia Sales Gouveia	20
411	Sítio Riacho da Morta	Luiz André de Lima	20
412	Sítio Conceição	Sebastião Izidório de Souza	20
413	Sítio Olho D'água dos Caboclos	José Aires Fernandes	20
414	Sítio Ingá	José Pereira de Brito	20
415	Sítio Riacho das Porteiras	Alfredo Alexandre da Silva	20
416	Sítio Ingá	Marcelino Soares de Oliveira	20
417	Sítio Caititú	Inácio Galdino Ramos	20

418	Sítio Amparo	Melano Cândido de Freitas	20
419	Sítio Riacho do Cariri	João Francisco Severiano	20
420	Sítio Lagoa da Jurema	Izaías Vieira de Sousa	20
421	Sítio Lagoa da Jurema	José de Anchieta	20
422	Sítio Riacho das Porteiras	Manoel Aleixo da Silva	20
423	Sítio Santo Agostinho	Darcílio Ferreira Barros	20
424	Sítio Santo Agostinho	Sebastião Estendislau de Araújo	20
425	Sítio Amparo	Manoel Francisco da Silva	20
426	Sítio Pedra Comprida	Lãvio Rodrigues da Silva	20
427	Sítio Catonho	Abel Galdino de Andrade	20
428	Sítio Riacho do Cariri	Inácio Rodrigues do Nascimento	20
429	Sítio Olho D'água do Padre	Inácio Caitano do Nascimento	20
430	Sítio Caiçara	José Estendislau de Araújo	20
431	Sítio Ingá	Geraldo Alves de Sousa	20
432	Sítio Pedra D'água	Antônia Alves de Araújo	20
433	Sítio Poço Escuro	Maria Aldijânia de Araújo Santos	20
434	Sítio Conceição	Sebastião Palmeira de Souza	20
435	Sítio Olho D'água do Padre	Edgar Ribeiro Leite	20
436	Sítio Cacimbinha	Geraldo Virgínio da Silva	20
437	Sítio Santo Agostinho	José Gonçalves Lameu	20
438	Sítio Riacho da Pedra D'água	Ismael Palmeira de Souza	20
439	Sítio Riacho da Pedra D'água	Antônio Argemiro de Souza	20
440	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Martin Messias Feitosa	21
441	Sítio Craibeiras	Tarciso de Oliveira Araújo	21
442	Sítio Sacada	Josefa Maria de Santana	21
443	Sítio Poço do Boi	Ambrosina da Soledade Barbosa	21
444	Sítio Shalon	Alysson Barbosa de Brito	21,5
445	Sítio Craibeiras	Inácio Leodegário de Oliveira	22
446	Sítio Lagoa do Meio	José Aldo Sales	22
447	Sítio da Bananeira	João Xavier de Araújo	22
448	Sítio Formigueiro	Manoel Clementino Neto	22
449	Sítio Amaro	Inácio Francisco Maciel	22
450	Sítio Jatobá	Edinaldo Serafim do Nascimento	22
451	Sítio Pedra da Bola	Manoel Simões Sobrinho	22
452	Sítio Caiçara	Antônio Silva Araújo	22
453	Sítio Barriguda	Cícero Severo de Macedo	22
454	Sítio Pelele	Raimundo Enéas da Costa	23
455	Sítio Caititú	Luiz José da Costa Filho	23
456	Sítio Olho D'água do Padre	Inácio Luiz de Almeida	23
457	Sítio Olho D'água Branco	Nivaldo Simões de Araújo	23
458	Sítio Jaguaribe	José Simões Sobrinho	23
459	Sítio Olho D'água do Padre	Manoel Lameu Neto	23
460	Sítio Olho D'água do Padre	Martinha da Silva Lopes	23
461	Sítio Riachão	Guaracy Reinaldo Ferreira	23
462	Sítio Lagoa do Meio	Ademar Santos	24
463	Sítio Chorão	Ivanilson Oliveira de Araújo	24
464	Sítio Caiçara Nova	Alfredo de Souza Lima	24

465	Sítio Malhada da Quixaba	José Francisco Maciel	24
466	Sítio Cabeça Branca	Inácio José Pedro	24
467	Sítio Caiçara	Ednaldo Francisco Maciel	24
468	Sítio Genuíno	Vicente Batista da Silva	25
469	Sítio Balanço	Ataíde Cordeiro de Souza	25
470	Sítio Caiçara	Sérgio Francisco Maciel	25
471	Sítio Pau Leite	Virgulino de Lira Neto	25
472	Sítio Pelele	Severino José da Silva	25
473	Sítio Pelele	Inácio Enéas da Costa	25
474	Sítio Santo Agostinho	José Alves Neto	25
475	Sítio Juá	Antônio Ferreira da Mota	25
476	Sítio Riacho da Roça de Baixo	Martevânio Simões Paulino de Sousa	25
477	Sítio Olho D'água do Padre	José Luiz de Oliveira	25
478	Sítio Conceição	João Bosco Palmeira de Sousa	25
479	Sítio Craibeiras/Brava	Manoel Luiz da Costa	25
480	Sítio Macambira	Sebastião Batista de Sousa	25
481	Sítio Santa Rosa	Alcibiades de Melo Cazumba	25
482	Sítio Serrote Comprido	José André da Silva	26
483	Sítio Santa Rosa	Romildo Lima de Melo	26
484	Sítio Amparinho	Sebastião Ferreira Neves	26
485	Sítio Várzea II	David de Andrade Filho	26
486	Sítio Riacho da Roça	Francisco Gregório de Sousa	26,8024
487	Sítio Retiro	Ermírio Alves de Oliveira	27
488	Sítio Cachoeirinha	José Clemente de Souza	27
489	Sítio Caroá	Aroldo Barros de Sousa	27
490	Sítio Cinco Vacas	Frutuoso Campos de Moraes	27,03
491	Sítio Caiçara	Hilda Soares da Conceição	28
492	Sítio Olho D'água do Padre	Inácio José de Oliveira	28
493	Sítio Olho D'água do Padre	José Veríssimo Campos	28
494	Sítio Novo	Geraldo Batista da Silva	29
495	Sítio Barriguda	Ginaldo Antônio Freire	29,2
496	Sítio Salgadinho	Manuel Aureliano Filho	30
497	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Luiz Batista do Nascimento	30
498	Sítio Poço Escuro	Tiago Ferreira Simões	30
499	Sítio Olho D'água dos Caboclos	José Anselmo Pereira	30
500	Sítio Pedra D'água	José Amaro Filho	30
501	Sítio Várzea	David de Andrade Filho	30
502	Sítio Olho D'água do Padre	Josefa da Luz de Oliveira Araújo	30
503	Sítio Carnaúba	André Medeiros de Freitas Filho	30
504	Sítio Santa Rosa	Maria Elvira de Melo	30
505	Sítio Salgadinho	José Francisco Morato	30
506	Sítio Angico Torto	Luiz Mendonca da Rocha	30
507	Sítio Riacho da Roça	Antônia Carmelita de Araújo	30
508	Sítio Ingá	José Valter Andrade Feitoza	30
509	Sítio Casa de Pedra	Elázio Maciel da Fonseca	30
510	Sítio Caiçara	Silvino Paulino de França	30

511	Sítio Amparo	Vicente Correia de Lima	31
512	Sítio Olho D'água do Padre	Onofre Ramos de Moraes	31
513	Sítio Olho D'água do Padre	João Batista Filho	31,5
514	Sítio Olho D'água Branco	Amaro Palmeira de Lima	31,5
515	Sítio Cardoso	José Edvan Pereira de Arruda	32
516	Sítio Conceição	José Izodoro de Souza	32
517	Sítio Riacho do Cariri	Ademar Sebastião de Souza	32
518	Sítio Cardoso	Manoel Mariano da Silva	33
519	Sítio Riacho da Roça	Otávio de Souza Rolim	33
520	Sítio Malhada da Quixaba	Gilvan Maciel	33
521	Sítio Oriente	Roberlândio Lopes de Sousa	33
522	Sítio Conceição	José Izidório Filho	34
523	Sítio Riacho do Curupaety	Carmelina Bezerra de Miranda	34
524	Sítio Campo Alegre	Martevânio Simões Paulino de Sousa	34
525	Sítio Caiçara	Severino Estendislau de Araújo	34
526	Sítio Abertas	Eletícia Pereira Maciel	35
527	Sítio Pedra da Bicha	Eloy Alves de Siqueira	35
528	Sítio Pedra da Bicha	João Alves de Souza	35
529	Sítio Conceição	Maria do Socorro Palmeira de Sousa	35
530	Sítio Santa Rosa	Amaro Rodrigues Macedo	35
531	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Paulo Anselmo da Silva	36
532	Sítio Poço da Pedra	Maria Aparecida da Silva	36
533	Sítio Poço da Pedra	Francisco de Assis Silva	36
534	Sítio Sorocaba	Severino Barbosa e Silva	36
535	Sítio Junco	Hildegunde Oliveira Ramos	36
536	Sítio da Bananeira	Francisco Sales Simões	36
537	Sítio Pedra D'água	Geneci Venâncio da Silva	36
538	Sítio Pinhões	Rômulo Mayer	36,3
539	Sítio Cachoeira de Dentro	José Regis Cordeiro da Silva	37
540	Sítio Cachoeira de Dentro	José Régis Cordeiro da Silva	37
541	Sítio Malhada da Quixaba	Dorgival Francisco Maciel	38
542	Sítio Angico Torto	Ananias Batista de Souza	38
543	Sítio Frei Damião III	Zélia Braz Vieira da Silva	38,4873
544	Sítio Malhada da Pedra	Emídio Antero de Souza	40
545	Sítio Conceição	Antônio Vasconcelos César	40
546	Sítio Riacho das Porteiras	Alfredo Alexandre da Silva	40
547	Sítio Riacho das Porteiras	Pedro José de Oliveira	40
549	Sítio Poço Escuro	José Izaías da Silva	40
550	Sítio Formigueiro	Luiz Batista Gonçalves	40
551	Sítio Conceição	Inácio Palmeira de Souza	40
552	Sítio Riacho da Pedra D'água	Josefa Palmeira de Souza	40
553	Sítio Malhada da Pedra	Ednaldo Pereira Leite	40
554	Sítio Macambira	Amaro Rodrigues Macedo	40
555	Sítio Riacho do Curupaety	Gedeão Bezerra de Miranda	40
556	Sítio Tigre	José Sebastião de Lima	40
557	Sítio Junco	Lúcio Duarte de Souza	40
558	Sítio Conceição	Manoel Izidório Filho	42

559	Fazenda Campo De Baixo	José Demerval Bezerra de Queiroz	42
560	Sítio Cabeça Branca	Luiz Francisco Xavier	42
561	Sítio Maracajá	Manoel Batista de Melo	42
562	Sítio Amparo	Raimundo José do Nascimento	44
563	Sítio Olho D'água do Padre	Geraldo Galdino Ramos	44
564	Sítio Sussuarana	Benjamim Bezerra de Souza	45
565	Sítio Riacho das Porteiras	Inácio Alves da Silva	45
566	Sítio Olho D'água Branco	Inácio Lourenço da Silva	45
567	Sítio Salgadinho	Antônio Laurindo Lira	45
568	Sítio Serrote Comprido	Genival Correia de Souza	45
569	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Manoel Anselmo de Vasconcelos	45
570	Sítio Impoeira do Poço	Luís Alves Feitosa	45
571	Sítio Campo Alegre	José Régis Cordeiro da Silva	45
572	Sítio Riacho das Porteiras	Maria do Socorro da Silva Alves	46,9
573	Sítio da Bananeira	Tubias Pereira de Oliveira	48
574	Sítio Areal	Sebastião Gonçalves de Oliveira	48,5
575	Sítio Cutae	Luiz Albino de Souza	49
576	Sítio Olho D'água do Juá	Roseane Japiassú Mamede	50
577	Sítio Olho D'água do Juá	Tereza Mércia Japiassú Diniz	50
578	Sítio Olho D'água do Juá	Maria Dulce Japiassú Catão	50
579	Sítio Olho D'água do Juá	Maria Alice Japiassú Pereira	50
580	Sítio Olho D'água do Juá	Otaviano de Queiroz Japiassú	50
581	Sítio Pelele	José Patrício Barreto	50
582	Sítio Mata-pasto	Miguel Xavier de Araújo	50
583	Sítio Olho D'água do Padre	Rufina Souza Maracajá	50
584	Sítio Olho D'água do Padre	José Amâncio de Sousa Maracajá	50
585	Sítio Olho D'água do Padre	Jaci de Sousa Maracajá	50
586	Sítio Caroá	Severino Luiz de Souza	50
587	Sítio Olho D'água Branco	Luiz Francisco de Araújo	50
588	Sítio Ingá	José Francisco de Melo	50
589	Sítio Abertas	Artur Clemente da Silva	50
590	Sítio Cachoeirinha	José Argemiro de Souza	50
591	Sítio Salgadinho	Joaquim Bezerra da Silva	50
592	Sítio Amparo dos Reinaldos	Ivanilda Galdino da Silva	50
593	Sítio Angico Torto	José de Barros Pereira	50
594	Sítio Macambira	João Pereira Barros	50
595	Sítio Fortaleza e Riachão	Luiz Gonzaga Bezerra	50,5
596	Sítio Poço Escuro	João Simões do Nascimento	51
597	Sítio Alexandria	Marinete Florêncio de Oliveira	51
598	Sítio Poço do Boi	Edgal Francisco Maciel	51
599	Fazenda Carnaúba	José Wilson Freitas Santa Cruz	51
600	Sítio Pedra D'água	João Rosendo de Oliveira	52
601	Sítio Olho D'água do Padre	Manoel Barboza de Andrade	52
602	Sítio Salgadinho	Inácio Ferreira de Brito	52
603	Sítio Poço Escuro	Francisco de Assis Maciel	52
604	Sítio Malhada da Pedra	Francisco Alves Feitosa	54
605	Sítio Mandacaru	Emanoel Evandro Braz de Sá	54

606	Sítio Poço Escuro	Paulo Francisco Maciel	55
607	Sítio Retiro	Maria José da Silva Batista	55
TOTAL			10.142,06

Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)

	Denominação	Titular	Área Total
01	Sítio Impoeira do Poço	Roberto Carlos Alves da Silva	55,2408
02	Sítio Jaguaribe	Francisco Fernandes de Araújo Filho	55,76
07	Sítio Serrote Verde	Arlindo Batista Goncalves	56
06	Sítio Olho D'água do Juá	Maria Alice Japiassú Pereira	57,6393
04	Sítio Olho D'água do Juá	Roseane Japiassú Mamede	57,6852
03	Sítio Olho D'água do Juá	Maria Dulce Japiassú Catão	57,7679
05	Sítio Olho D'água do Juá	Teresa Mércia Japiassú Diniz	57,7938
08	Sítio Agreste	Francisco de Assis Quintans	58
09	Sítio Açudinho	Abel Galdino de Andrade	58
10	Sítio Serrinha	Maria de Lourdes Sousa Batista	58
11	Sítio Cazuzinha	José Manoel do Nascimento	60
12	Fazenda Pinhões	Maria José Silva de Barros	60
13	Sítio Aroeiras	Severino Maciel da Fonseca	60
14	Sítio da Bananeira	Manoel Simões do Nascimento	60
15	Sítio Impoeira do Poço	José Moura da Silva	60
16	Sítio Mulungu	Djaci Brandão Maracajá	60
17	Sítio Riacho da Roça	José Edson da Silva	60,984
18	Sítio Cachoeira do Gregório	José Ramiro da Costa Filho	61
19	Sítio Poço Escuro	José Ivani Simões	62
20	Sítio Cazuzinha	José Manoel dos Santos	62
21	Sítio Conceição	Severino Argemiro de Souza	64
22	Sítio Jaguaribe	Suetônio Alves de Sousa	64
23	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Manoel Anselmo de Vasconcelos	65
24	Sítio Aroeiras	José Mendonca	65
25	Sítio Caiçara Nova	José Luiz Sobrinho	69
26	Sítio Salgadinho	Maria Dulce das Neves	70
27	Sítio Cacimbina	Luciano Manoel da Silva	70
28	Sítio Poço do Boi	José Barbosa Lêla	72
29	Sítio Riacho do Porto	Mariano Pacífico Ferreira	72
30	Sítio Riacho das Porteiras	José Aleixo da Silva	73
31	Sítio Santo Agostinho	Francisco Ferraz da Silva	73
32	Sítio Pinhões	Inácio Evangelista de Souza	74
33	Sítio Sucuru	Rosileide Maria da Silva	74,915
34	Sítio Olho D'água do Padre	Maria Antônia Gomes	75
35	Sítio Catonho	Maria da Guia Silva Bezerra	75
36	Sítio Riacho da Roça de Baixo	José Regis Cordeiro da Silva	75
37	Sítio Oiti	João Afonso Saraiva Bezerra	75,5
38	Sítio Pinhões	José Vanderlei Cavalcanti Sousa	76
39	Sítio Bamburral	Elázio Maciel da Fonseca	76

40	Sítio Poço da Pedra	Maria Rosinalva Cardoso da Silva	76
41	Sítio Campo Alegre	Martevânio Simões Paulino de Sousa	76
42	Sítio Pinhões	Isolda Queiroz Duarte Ayres	76,06
43	Sítio Poço Escuro	José Ivani Simões	77
44	Sítio Cutae	Lúcio Duarte de Souza	78
45	Sítio Oiti	Marize Cristina Saraiva de Freitas Figueiredo	78,6
46	Sítio Xique-Xique e Santo Agostinho	Nivaldo Constâncio de Lima	79
47	Sítio Poço da Pedra	Luiz Mendonca da Rocha	79
48	Sítio Conceição	Manoel Chaves da Silva	80
49	Sítio Juá	Maria Lino de Siqueira	80
50	Sítio Cinco Vacas	Maria José de Arruda Araújo	80
51	Sítio Serrote Verde	Epaminondas Batista Bezerra	80
52	Sítio Santa Rita	Abílio Germiniano de Oliveira	81
53	Sítio Conceição	José Joaquim Filho	82
54	Sítio Alexandria	Anadir da Costa Barros	83
55	Fazenda Major Tobias	Josafá Adolfo Barros Mayer	83,3948
56	Sítio Gregório	Antônio Alves Maciel	85
57	Sítio Lagoa do Meio	Antônio Barbosa Marques	87
58	Sítio Várzea	José Valdecy Batista Gonçalves	89
59	Sítio Pedra Rachada	Maria Lino de Siqueira	90
60	Sítio Serrote Verde	Ana Leu Gonçalves	92
61	Sítio Alexandria	Onofre Cordeiro de Araújo	94
62	Sítio Campo Alegre	Luiz Henrique Pereira de Sousa	98,0047
63	Sítio Poço da Pedra	Adauto Domingos Belinho	99
64	Sítio Junco	Luiz Albino de Souza	100
65	Sítio Riacho da Roça	Dorival Paulino de Souza	100
66	Sítio Angico Torto	Evandro Brito de Alcântara	100
67	Sítio Retiro	José Fernandes Genvino de Oliveira	100
68	Sítio Gregório - Pedra D'água	Jandira Simões Fernandes	100
69	Sítio Várzea	Maria Luzinalda Gonçalves	102
70	Fazenda Marmeleiro	José Torres Santa Cruz	102
71	Sítio Pinhões	Romero Mayer	104
72	Fazenda Marmeleiro	Liciene Maria Torres Santa Cruz	106
73	Sítio Pedra Fina	Celina Bezerra da Silva	107
74	Sítio Lagoa de Pedra Comprida	José Vicente Lima Freitas	107
75	Sítio Riacho da Roça	Solon de Sousa Rolim	107,8273
76	Fazenda Pedra D'água	Francisco de Assis Quintans	108,2
77	Sítio Sincho	Francisco Cardoso de Lima	109
78	Sítio Junco	Maria Gorete de Souza Almeida Araújo	109
79	Sítio Pedra D'água	José Amaro de Araújo	110
80	Sítio Carnaúba de Cima	Uberlândio Leo de Lima	110
81	Sítio Carnaúba de Cima	Uberlândio Leo de Lima	110
82	Sítio Olho D'água dos Caboclos	Antônio Guilherme Sobrinho	112
83	Sítio Casa de Pedra	Braz Quintans	112
84	Sítio Riacho da Roça	Francisco Pedro do Nascimento	113
85	Sítio Riacho da Roça	Francisco Pedro do Nascimento	113

86	Sítio Riachão	Manoel Lourenço Queiroz Duarte	115,3
87	Sítio Serra do Jatobá	José Djalma Pereira de Sousa	116,2022
88	Sítio Campo Alegre II	Joana D'arc Pereira de Sousa	116,4342
89	Sítio Campo Alegre III	Joana D'arc Pereira de Sousa	116,4436
90	Sítio Jatobá	Severino José Francisco Maciel	120
91	Sítio Várzea	Valfredo Felix de Farias	120
92	Sítio Cachoeira do Gregório	Maria de Lourdes da Conceição	120
93	Sítio Malhada da Pedra	André Japiassú Filho	120
94	Sítio Craibeiras	Francisco Simões de Araújo	120
95	Sítio Poço Escuro	Manoel Mizaél da Silva	120
96	Sítio Craibeiras	Braz Queiroz Pereira	120
97	Fazenda Marmeleiro	Margarida Santa Cruz Pordeus	121,4839
98	Sítio Abertas	Newton Leite Rafael	123
99	Sítio Pinhões	Mussoline Gregório Rafael e Terezinha Gregório Rafael	125
100	Sítio da Bananeira	Sueli André de Siqueira	125
101	Sítio da Bananeira	Marcos Antônio Rodrigues de Siqueira	125
102	Sítio da Bananeira	José Ubirajara Rodrigues de Siqueira	125
103	Sítio da Bananeira	Nivalci Rodrigues de Siqueira	125
104	Sítio da Bananeira	Antônio Marcos Rodrigues de Siqueira	125
105	Fazenda Marmeleiro	Luiz Correia Lins	125,0103
106	Sítio Poço do Boi	Antônio Alves Siqueira	128
107	Sítio da Bananeira	José Edivaldo Pinheiro dos Santos	130
108	Sítio Santa Rosa	José Antonino de Araújo	131
109	Sítio Terra Vermelha	Maria de Fátima Figueiredo Menezes	131
110	Sítio Recanto	Elázio Maciel da Fonseca	140
111	Sítio Lagoa da Cobra	Fernando Lima Freitas	140
112	Sítio Cacimbinha	João Anízio Medeiros de Andrade	140
113	Fazenda Craibeiras	Luciana Severo de Macedo	141,6
114	Fazenda Craibeiras	Walkiria Severo de Macedo	141,6
115	Sítio Santo Agostinho	Luanildo Soares Nogueira	148
116	Sítio Poço do Boi	José Francisco Maciel	148
117	Sítio Pau Ferro	Olímpio Leu de Lima	150
118	Sítio Poço da Pedra	Silvino José de Melo	150
119	Fazenda Oriente	José Demerval Bezerra Queiroz	150,3433
120	Sítio Ilha do Sangue	Maria Laudilene Gonçalves de Siqueira	152
121	Sítio Carnaúba de Cima	José Valadares Freitas Santa Cruz	154
122	Sítio Terra Vermelha e Santa Rosa	Jazon Luiz Irãšnio Filgueredo Menezes	155,8
123	Fazenda Marmeleiro	Luiz Correia Lins	158,1955
124	Sítio Recanto e Jurema	Luciano Gonçalves de Macedo	160,5
125	Fazenda Vista Alegre	Carlos Andrade Ferreira de Freitas	161
126	Fazenda Riacho do Cariri	José Ramos Coutinho	166
127	Sítio Mulungu	Rufina Sousa Maracajá	167
128	Sítio Pinhões	Isolda Queiroz Duarte Ayres	167,8935
129	Sítio Pinhões	Jurandi Chaves de Souza	170,3
130	Fazenda Craibeiras	Samara Luna Queiroz	173
131	Fazenda Marmeleiro	Sebastião César Júnior	180,275
132	Fazenda Vista Alegre	Maria de Lourdes Freitas	185

133	Fazenda Marmeleiro	Nilo de Siqueira Costa Filho	186
134	Fazenda Olho D'água do Cunha	Mariano Japiassú Mayer	190
135	Sítio Sacada	José Batista Goncalves	191,6964
136	Fazenda Olho D'água do Cunha	Romero Mayer	192
137	Sítio Cinco Vacas	Manoel Brizo da Silva	195
138	Fazenda Esperança	Francisco de Assis da Silveira Gonzaga	199,6
139	Sítio Tigre	Maria Salomão de Oliveira Santos Pereira	200
140	Sítio Tigre	Maria Emália de Oliveira Santos	200
141	Sítio Tigre	Leonardo Guilherme de Oliveira Santos	200
142	Fazenda Marmeleiro	Ribot Dutra de Almeida Lira	200
143	Sítio Pitombeira	Francisco de Assis Berto	200
144	Sítio Pedra Comprida	Inácio Cavalcanti Braz	200
145	Sítio Aroeiras	Pedro Odom de Sousa	204,9
146	Fazenda Agreste	Francisco de Assis Quintans	206
147	Sítio Campo Alegre	Nemezio Odom de Souza	206
148	Fazenda Marmeleiro	Nilo de Siqueira Costa Filho	210
149	Fazenda Olho D'água do Cunha	Romero Mayer	210
150	Fazenda Marmeleiro	Paulo Marcelo Santa Cruz Pordeus	212,5133
151	Sítio Areal	José de Souza	213
152	Fazenda Marmeleiro	José Torres Santa Cruz	216
153	Sítio Brava	Paulo Damião Alves	216,4071
154	Sítio Pinhões	Isolda Queiroz Duarte Ayres	217,49
TOTAL			17.892,36

Média propriedade (entre 220 e 825 ha)

	Denominação	Titular	Área Total
01	Sítio Pau Leite	Francisco das Chagas Ramos Coutinho	222
02	Sítio Pinhões	Maurly Saraiva Bezerra	227,354
03	Sítio Pinhões	Isabel Aragão Saraiva Bezerra	227,354
04	Sítio Pinica Pau	Olímpio Leo de Lima Filho	228
05	Sítio Serra do Bezerro Morto	Associação dos Produtores do Agrupamento Novo Horizonte	239
06	Sítio Santo Agostinho	Bejamin Alves de Araújo	239,0302
07	Sítio Santo Agostinho	Maria do Carmo da Silva	240
08	Fazenda Vista Alegre	Antônio Carlos de Freitas Bezerra	246
09	Fazenda Laginha	Eduardo Luiz de Souza	258
10	Fazenda Oriente	Abdias Oliveira Guimarães Filho	263
11	Sítio Impoeira do Poço	Luiz Alves Feitosa	264
12	Sítio Pinhões	Tarley Gonçalves de Sousa	269
13	Sítio Carnaúba	Maria Augusta Santa Cruz	272,5
14	Sítio Riacho do Caititu	Djacir Brandão Maracajá	280
15	Sítio Bezerro Morto	Luiz Albino de Souza	280
16	Sítio Olho D'água do Juá	José Bráulio Japiassú	290
17	Fazenda Açudinho Dois	Liane Francisca Nepomuceno Fernandes	290

18	Sítio Maria Augusta	Geraldo Leite Monteiro	298
19	Sítio Carnaúba	Olímpio Leu de Lima	300
20	Fazenda Campo Alegre	Joaquim Pereira Neto	300
21	Sítio Batizar	Thiago Alcântara Gonçalves	300
22	Fazenda São Pedro	Francisco de Assis Quintans	300
23	Sítio Lagoa das Marrecas	Manoel Lourenço Queiroz Duarte	300
24	Sítio Junco	Luiz Albino de Souza	307
25	Fazenda Santa Rita	Robson Silva Leandro	315,027
26	Sítio Tigre	Jeffeson Figueiredo Menezes	321
27	Sítio Riacho do Paciente	Carmem Aragão Albino Pedroza	321,7783
28	Fazenda Nova	Josafá Adolfo Barros Mayer	332,7302
29	Fazenda Umburana	Mozar Barros Mayer	333,3333
30	Sítio Mulungu	José Brandao Maracajá	335,9
31	Fazenda Marmeleiro	Creusa Torres Santa Cruz	345,756
32	Fazenda Marmeleiro	Celene Santa Cruz de Almeida	345,756
33	Fazenda Marmeleiro	Margarida Santa Cruz Pordeus	345,756
34	Fazenda Marmeleiro	Liciene Maria Torres Santa Cruz	345,756
35	Fazenda Marmeleiro	Dione Santa Cruz Lins	345,756
36	Fazenda Marmeleiro	Iraci Santa Cruz César	345,756
37	Fazenda Marmeleiro	Josafá Torres Santa Cruz	345,756
38	Fazenda Nova Caiçara	Heleno Pereira Morato	352,8078
39	Fazenda Mulungu de Cima	Gilberto Brandão Maracajá	366
40	Fazenda Pedro da Costa	Djaci Brandão Maracajá	366,1338
41	Fazenda Olho D'água do Juá	Otaviano de Queiroz Japiassú	375
42	Fazenda Cigana	Associação dos Produtores Rurais do Agrupamento Santo Agostinho	378,4
43	Fazenda São Gonçalo	José Maciel Ferreira de Araújo	385,1511
44	Sítio Junco	João de Oliveira Barros	388
45	Fazenda Marmeleiro	Luiz Correia Lins	396,4625
46	Sítio Gregório	Antônio Lino Pinheiro	400
47	Fazenda Macambira	Francisco de Assis Quintans	408
48	Sítio São Gonçalo	Maria do Socorro Queiroz Duarte	417,0263
49	Sítio Saco I	Maria Nilza de Souza Medeiros	417,1
50	Sítio Olho D'água do Juá	Otaviano de Queiroz Japiassú	436,2287
51	Sítio Olho D'água do Juá	Otaviano de Queiroz Japiassú	436,2287
52	Sítio Carnaúba	Hermínia Santa Cruz	440
53	Fazenda Amparo	José Ramos Reinaldo	440
54	Fazenda Várzea	Givanildo Antônio Freire	450
55	Fazenda São Gonçalo	Maria Cleonice Gonçalves Ferreira	451,0441
56	Fazenda São Gonçalo	Sebastião de Freitas Neto	451,0459
57	Fazenda Princesa	Manoel Lúcio de Queiroz	460
58	Fazenda Marmeleiro e Batizar	José Batista Goncalves	460
59	Fazenda Olho D'água do Juá	Otaviano de Queiroz Japiassú	490,7962
60	Sítio Craibeiras	Maria de Lourdes Oliveira Chaves	500
61	Sítio Mulungu	José Amâncio de Sousa Maracajá	500
62	Sítio Mulungu	Rufina Souza Maracajá	500
63	Sítio Mulungu	Jaci de Sousa Maracajá	500

64	Fazenda Serra do Olho D'água/Firmeza	Carlos Hermano Mayer	500
65	Fazenda Serra do Olho D'água/Firmeza	José Adolfo Barros Mayer	500
66	Fazenda Serra do Olho D'água/Firmeza	Leônidas Botelho Mayer	500
67	Fazenda Alto da Bananeira	Evaldo Adelmo do Nascimento	502
68	Fazenda Açudinho	Sandoval Nepomuceno	505,7
69	Fazenda Poço da Pedra	Maria Ivanize Brandão da Silva	560
70	Fazenda Craibeiras	Frutuoso Severo de Macedo Neto	566,4337
71	Fazenda Craibeiras	Luciana Severo de Macedo	566,4337
72	Fazenda Craibeiras	Heloisa Karlla Severo de Macedo	566,4337
73	Fazenda Craibeiras	Eliane Severo de Macedo	566,4337
74	Sítio Sincho	Luiz Albino Pedrosa	573
75	Sítio Pedra Atravessada	Leônidas Albino Pedrosa	573
76	Fazenda Marmeleiro	Antônia Torres Santa Cruz	590
77	Fazenda Jerimum	Maria de Lourdes Chaves Luna	600
78	Sítio Sincho	Albertino Vicente da Mota	642
79	Sítio Riacho do Cariri	José Ramos Coutinho	666
80	Fazenda Passagem Rasa	João Vieira de Melo Neto	688
81	Fazenda Passagem Rasa	Augusto Francisco da Silva Neto	688
82	Fazenda Carnaúba	Antônio Terto Patriota	700
83	Sítio Retiro	Cícero Severo de Macedo	715
84	Fazenda Pinhões	Oscar Severo de Macedo	734
85	Fazenda Major Tobias	José Adolfo Barros Mayer	757,9084
86	Fazenda Duas Barras	Givanildo Antônio Freire	816
TOTAL			36.062,07

Grande propriedade (superior a 825 ha)

	Denominação	Titular	Área Total
01	Fazenda Jaguaribe	Epitácio Roberto Dantas	850
02	Fazenda Balanço	Sebastião Simões Irmãos	868
03	Fazenda Jaguaribe	Evaldo Adelmo do Nascimento	879,3
04	Fazenda Quaresma	Eliezer Braz Pereira	903,88
05	Sítio Passagem Rasa	Ezequiel Braz Macedo	950
06	Sítio da Bananeira	Jeffeson Figueiredo Menezes	959
07	Fazenda Jurema I	Otaviano de Queiroz Japiassú	1.262,00
08	Fazenda Quaresma	Maria Pereira de Macedo	1.299,00
09	Fazenda Saco Bamburral e Taboa	Pedro Odom de Sousa	1.344,30
10	Fazenda Olho D'água do Cunha	José Torres Mayer	1.751,96
11	Fazenda São Gonçalo	Maria Cleonice Gonçalves Ferreira	1.873,00
12	Projeto de Assentamento Serrote Agudo	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.358,63

13	Projeto de Assentamento Mandacaru	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	4.384,05
TOTAL			19.683,12

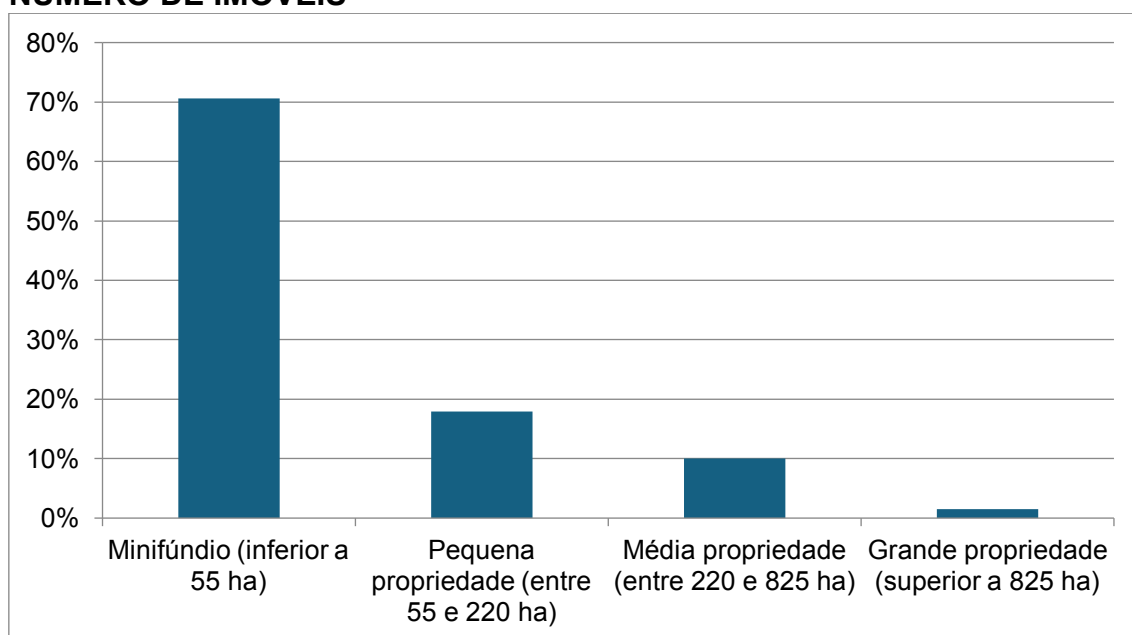
QUADRO - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SUMÉ

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (inferior a 55 ha)	607	10.142,05
Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)	154	17.892,36
Média propriedade (entre 220 e 825 ha)	86	36.062,07
Grande propriedade (superior a 825 ha)	13	19.683,12
TOTAL	860	83.779,60

FONTE: SNCR, 2017.

GRÁFICOS

NÚMERO DE IMÓVEIS



ÁREA TOTAL (HA)

